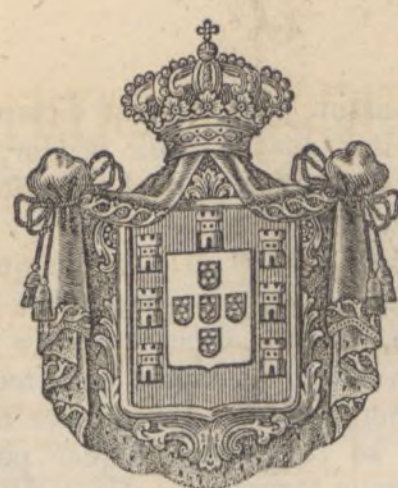


ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.



ASSIGNATURAS

COM ESTAMPILHA	
Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha	\$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:

Com estampilha 3\$600 réis
Sem estampilha 3\$000 "

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º trimestre, que não quiserem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Na referida loja acham-se á venda colleções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de 1833 até 1859, pelo preço de 3\$000 réis por colleção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DA THEOURARIA

Foram presentes a Sua Magestade El-Rei as contas e documentos relativos á venda de brilhantes da coroa, autorisada pela carta de lei de 23 de maio de 1859, da qual venda a direcção do banco de Portugal fôra incumbida nos termos do accordo celebrado em 6 de junho do mesmo anno, e bem assim as informações da 1.ª repartição e da direcção geral da theouraria do ministerio da fazenda sobre as indicadas contas.

Mostra-se por estes papeis:

1.º Que os brilhantes vendidos, pesando 37.341 1/2 quilates (peso inglez), excluindo 34 quilates que pesaram as pedras falsas, que foram encontradas, produziram libras 118:110,1,0 ou réis 534:195\$262.

2.º Que d'esta somma se deduziram as despesas de commissões, corretagens e outras abonadas aos agentes do banco na praça de Londres, na importância total de 18:157\$169 réis; bem assim a quantia de 4:930\$906 réis de gastos com as remessas para Lisboa do dinheiro equivalente ao dito producto, e a de 1:500\$187 réis de seguro dos diamantes remetidos de Lisboa, e finalmente a somma de 6:635\$153 réis de que o banco se abonou pelos gastos, commissões e diversos encargos da operação, prefazendo todas estas despesas 31:323\$415 réis.

3.º Que fôra empregada na compra de réis 1.000:000\$000 de inscripções de assentamento, que se acham averbadas a favor da coroa de Portugal, a somma de réis 469:410\$750, havendo tido lugar a aquisição dos ditos titulos nos mezes de junho e agosto de 1859.

4.º Que, em resultado das operações effectuadas, existe no banco o saldo em dinheiro na importância de 33:461\$037 réis, conservando-se no mesmo estabelecimento 3:690 quilates de brilhantes, que se acham avaliados em 59:040\$000 réis.

O mesmo augusto senhor, considerando que a indicada operação fôra dirigida pelo banco com a direcção que era de esperar do seu zelo e intelligencia, e que os agentes em Londres, correspondendo ás intencções da direcção, desempenharam a incumbência que lhes fôra dada com o acerto e lealdade proprios do elevado conceito que merecem;

Considerando que as diligencias, empregadas simultaneamente pela direcção do banco e pelos seus agentes, é devido o vantajoso resultado d'aquella importante venda;

Considerando que o excesso que houve nas despesas abonadas no credito da conta privativa dos agentes do banco, comparada a quantia de 18:157\$169 réis, importância d'essa conta, com a de 16:025\$857 réis, autorisada pela condição 5.ª do accordo, está justificado pela origem d'esse excesso, que consiste, quasi na sua totalidade, na somma correspondente ao decréscimo, pelo prazo excedente a um mez, por que as vendas foram contrahidas, o que certamente deve ter contribuido para se obter, pelos brilhantes vendidos, preço superior ao das respectivas avaliações, evitando-se a baixa no valor d'estas joias;

Considerando que do mesmo modo se justifica o saldo a favor do banco na conta dos juros reciprocos, por ser certo que os juros, que se receberam da junta do credito publico pelas inscripções compradas, e que excedem muito esse saldo, não seriam cobrados se a compra de taes titulos, que foi realisada com os adiantamentos feitos pelo banco, parte d'elles sem vencimento de juro, houvesse tido lugar depois de effectuados os retornos de Londres, os quaes começaram no mez de setembro;

Considerando finalmente que a despeza na importância de 4:930\$906 réis, a que deram lugar estes retornos, está por sua natureza autorisada pela 6.ª condição do accordo;

Houve por bem, conformando-se com o parecer do conselho director geral da theouraria, approvar as mencionadas contas, que o banco apresentará; o que tudo Sua Magestade manda participar á direcção do banco de Portugal, para seu conhecimento, satisfação e mais effectos; ficando a direcção na intelligencia de que as pedras falsas, que eram reputadas brilhantes, foram recebidas na dita theouraria para terem o competente destino; e que opportunamente se lhe communicará a resolução de Sua Magestade sobre a applicação, assim dos brilhantes avaliados em 59:040\$000 réis, que existem no banco, resto dos que lhe foram entregues, como do saldo de 33:461\$097 réis, por que o banco se debita nas sobreditas contas.

Paço, em 12 de março de 1860.—José Maria do Casal Ribeiro.—Para a direcção do banco de Portugal.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

1.ª DIRECCÃO—3.ª REPARTIÇÃO

No regulamento para o serviço de saude naval, publicado no *Diário de Lisboa* n.º 63, notam-se os seguintes erros typographicos:

Erros	Emendas
Art. 18.º reune	reune-se
» 39.º Atlas	Altas
» 56.º têm	tiverem
» 61.º quantias	garantias
» 122.º enfermarias, prisão	enfermaria-prisão
» 162.º com o	como
» 173.º contabilidade. Esta	contabilidade; (esta
» » marinha;	marinha)
» 220.º ouvido	de accordo com

COMISSÃO DAS PAUTAS

RESOLUÇÃO N.º 192

A comissão das pautas:

Visto o processo de contestação occorrida na alfandega grande de Lisboa sobre a classificação de algumas peças de velludo, e de fitas de velludo, apresentadas a despacho por Henrique Schack;

Visto o parecer dos verificadores, e as opiniões que resultam das declarações dos peritos nomeados por parte da alfandega e do despachante, nos diferentes exames a que se mandou proceder;

Vistas e examinadas as amostras que acompanharam o referido processo, com attenção ás allegações sobre ellas feitas pelo despachante;

Visto o artigo 2.º do decreto de 28 de dezembro de 1852;

Considerando que pela resolução n.º 109 se declarou que os tecidos a que ella se refere, e que são iguaes aos que fazem o objecto d'esta contestação, eram tecidos mistos, e como taes comprehendidos no decreto de 4 de novembro de 1852 para que o seu despacho fosse regulado pelas suas disposições, sem contudo designar o artigo do mesmo decreto que lhe devia ser applicado;

Considerando que esta nova contestação foi suscitada com o fim de se estabelecer essa designação pelo numero de fios do tecido; e resultando dos exames a que se procedeu com audiência do interessado, e pelos peritos por elle nomeados, o convencimento de que ainda que seja facil decompor o tecido, e contar o numero de fios das diferentes materias de que é composto, não é contudo possivel avaliar a quantidade que de cada um entra no mesmo tecido;

Considerando e concedendo que o numero de fios de seda esteja na proporção de um para dois de linha de algodão, como se declara, esse conhecimento de nada aproveita nos velludos em questão, porque, em quanto os fios do algodão correm n'este tecido horizontalmente, a seda quadruplica em extensão para poder formar o avelludado, circumstancia esta que não mereceu attenção aos peritos nomeados pelo despachante, que d'ella se não occuparam.

Considerando que na impossibilidade de se determinar a proporção em que se acha com o algodão, a seda que entra nos tecidos avelludados, é forçosamente assemelhada aos tecidos em que toda a urdidura, ou toda a trama é de seda, por isso que, como elles, apresenta toda a face de seda.

Resolve:

Artigo unico. Os tecidos mistos avelludados estão comprehendidos no artigo 1.º do decreto de 4 de novembro de 1852, e devem ser despachados como sendo fabricados todos de seda.

Esta resolução foi adoptada em sessão da comissão das pautas de 17 de março de 1860, estando presentes os vogaes abaixo assignados.—Visconde de Castellões, relator—Joaquim Larcher—Diogo José de Oliveira Silva Carneiro—Francisco José da Costa Lobo—José Alexandre Rodrigues—Sebastião José de Abreu.

Está conforme.—Mathews Gregorio Rodrigues da Costa.

RESOLUÇÃO N.º 193

A comissão das pautas:

Visto o processo da contestação occorrida na alfandega de Angra do Heroismo acerca dos direitos que competem a 40 vigotas de pinho, propostas a despacho por Lucindo Machado de Freitas;

Vista a informação do director da referida alfandega;

Vista a allegação do despachante;

Visto o artigo 2.º do decreto de 28 de dezembro de 1852;

Considerando que os paus, que fazem objecto d'esta contestação, pela forma e dimensões, que constam da informação do director da alfandega, são comprehendidos na especie denominada—vigotas e vigotas, que tem direito especificado na pauta;

Considerando que a lei não faz distincção entre as vigas e vigotas de maior ou menor valor;

Resolve:

Artigo unico. Os paus propostos a despacho na alfandega de Angra do Heroismo por Lucindo Machado de Freitas, e de que trata a presente contestação, foram bem classificados pelo respectivo verificador no artigo 387.º da 11.ª classe da pauta geral das alfandegas.

Esta resolução foi adoptada em sessão da comissão das pautas de 12 de março de 1860, estando presentes os vogaes abaixo assignados.—Visconde de Castellões—Joaquim Larcher—Diogo José de Oliveira Silva Carneiro—Francisco José da Costa Lobo—José Alexandre Rodrigues, relator—Sebastião José de Abreu.

Está conforme.—Mathews Gregorio Rodrigues da Costa.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

No dia 21 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, ha de o mesmo conselho contrahir em hasta publica o fornecimento de pão e bolachas necessarios, pelo tempo que se convencionar, para consumo da armada.

O conselho de administração de marinha ha de proceder em praça publica, na sala das suas sessões, nos dias abaixo mencionados, á compra dos seguintes objectos:

No dia 23 do corrente, pelas onze horas da manhã:

786^m,76 de panno azul ferrete ordinario para fardamentos.

316^m,2 de panno de lã branco para vivos dos mesmos.

44^m,2 de panno encarnado para golas.

297^m,16 de panno de mescla para calças.

690^m,2 de panno de mescla para capotes.

340^m de serafina azul ferrete para forros dos mesmos.

74^m,8 de orleães branca para forros de casacos.

600 mantas.

No dia 24, pelo meio dia:

400 pares de butes de diferentes tamanhos.

O conselho de administração de marinha ha de vender em hasta publica na sala das suas sessões, nos dias abaixo designados, ao meio dia, os seguintes objectos:

No dia 26 do corrente:

70 peças de artilheria inuteis, existentes na Azinharia.

Uma porção de tanques de ferro de agua, e de caldeiras de vapores, também inuteis, existentes no referido lugar, e no arsenal da marinha.

Uma porção de ferro velho.

No dia 27 do corrente:

Uma porção de cabos inuteis, existentes no respectivo deposito do arsenal.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 19 de março de 1860.—Antonio Joaquim de Castro Gonçalves, secretario.

DIRECCÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS DO REINO

Por esta direcção se annuncia que do dia 19 do corrente mez em diante se achará aberta para as recepções e transmissões do serviço official, e annuncios dos particulares, tanto nacionaes como estrangeiros, a estação telegraphica do Peso da Regua.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 18 de março de 1860.—O director geral, José Bernardino da Silva.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS RETIDAS POR FALTA DE FRANQUIA

Para Lisboa

Damaso, Duqueza de Palmella—Faustino Jeronymo de Sousa Gomes, Francisca Thereza da Silva—Gaudencio Antonio—João Antonio Crivias, João Mathews, Joaquim Felix, José Cypriano da Costa Freire, José Maria Pereira Vianna, Joaquina Rosa, Manuel Gonçalves da Cruz, Manuel Joaquim Frago, Manuel José Spindola Junior, Marquez de Valada, Maria Isabel de Sá, Maria Luiza Tavares Silva—Pedro de Portugal e Castro.

Administração central do correio de Lisboa, em 19 de março de 1860.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 16 DE MARÇO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. VISCONDE DE LABORIM, VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Barão de Anceles Marquez de Niza).

(Assistia o sr. ministro das justicas).

As tres horas da tarde, achando-se presentes 25 dignos pares, o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Leu-se a acta da precedente, que se julgou approvada, na forma do regimento, por não haver reclamação em contrario.

Deu-se conta da seguinte correspondencia, que teve o devido destino:

Um officio do ministerio da fazenda, enviando, para serem distribuidos pelos dignos pares, 40 exemplares das contas de despeza d'aquella ministerio do anno economico de 1857-1858, e igual numero das do anno de 1858-1859.

Mandaram-se distribuir.

—do presidente do conselho de ministros, participando haver Sua Magestade encarregado interiormente dos negocios da repartição de marinha e do ultramar o conselheiro Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, ministro e secretario de estado dos do reino, em consequencia do estado da grave doença em que se acha o marechal de campo Adriano Mauricio Guilherme Ferrer.

Ficou a camara inteirada.

—do ministerio da guerra enviando os esclarecimentos pedidos pelo digno par visconde de Sá na sessão de 28 de fevereiro passado.

Para a secretaria.

Teve segunda leitura o requerimento do sr. visconde de Sá, apresentado na sessão anterior, e que era concebido nestes termos:

«Sendo indispensavel para o estabelecimento de um bom sistema de defeza do reino que o caminho de ferro que do Badajoz se dirigia a Lisboa seja dominado pela artilheria da praça de Elvas, ou de algum dos fortes adjacentes á mesma praça, o que, por um reconhecimento do terreno feito em 1855, se achou ser praticavel; e também que a communicação entre estas duas ultimas cidades pelo mesmo caminho fique, quanto seja possivel, a coberto de um golpe de mão que um inimigo vindo do paiz visinho quizesse intentar para interromper; e igualmente que a directriz que for adoptada não facilite as operações do mesmo inimigo contra a capital do reino; e acontecendo que no contrato feito para a construcção do caminho de ferro de Leste não se attendeu a estas condições importantissimas para a segurança do estado: 1.º, porque a directriz escolhida fica a mais de duas legoas de distancia da dita praça no ponto em que d'ella mais se aproxima, e por isso fôra do alcance das suas baterias: 2.º, porque a mesma directriz continua a curta distancia, e quasi parallelamente á fronteira de Hespanha pelo espaço de seis a sete legoas; circumstancias estas que dariam a maior facilidade ao mesmo inimigo

de se apoderar, logo no principio de uma campanha, d'esta parte do caminho de ferro sem que a isso se podesse obstar, e de interromper portanto toda a communicação pelo mesmo caminho entre a capital e a primeira fortaleza do reino: 3.º, porque, constituida que fosse a linha pela directriz escolhida, poderiam, por surpresa, avançar por ella tropas inimigas nos mesmos trens em que viessem de Hespanha, pois que se estipulou no contrato que a largura d'este caminho fosse a mesma que a das vias ferreas do reino visinho, não se tendo em conta as considerações militares que determinaram o governo hespanhol a não consentir que a largura d'estas vias fosse igual á dos caminhos de ferro francezes, e as mesmas tropas poderiam achar-se na margem do Tejo em poucas horas, depois de haverem passado a fronteira e seguidamente, dentro de poucos dias, em frente da capital. Por estes e por outros motivos, requiero que se recomende ao governo que mande suspender quaesquer trabalhos que se tenham começado na parte da linha contrahida, comprehendida entre a fronteira de Hespanha e o lugar aonde se determinou fazer a bifurcação dos caminhos de ferro do norte e de Leste; e que a suspensão d'estes trabalhos continue até que o poder legislativo tenha resolvido sobre o contrato que se acha submettido á sua deliberação.

«Pego também que o sr. ministro das obras publicas seja convidado a assistir á discussão d'este requerimento, e igualmente o sr. ministro da guerra, no caso de já se achar restabelecido o incommodo que tem experimentado. Camara dos pares, 12 de março de 1860.—Sá da Bandeira.»

O sr. Presidente expoz que o digno par o sr. visconde de Sá tinha pedido a presença dos srs. ministros, da guerra e das obras publicas, quando se discutisse este seu requerimento; não se achando contudo na sala ss. ex.ªs, apesar disso concedia a palavra ao digno par auctor do requerimento.

O sr. Visconde de Sá—repetiu a exigencia de serem convidados os srs. ministros das obras publicas e guerra a assistirem á discussão d'este requerimento.

O sr. Presidente—declarou que se passava á ordem do dia, que era a apresentação de pareceres de commissões, e a interpegação do digno par o sr. Marquez de Vallada.

Não se apresentando pareceres de commissões, concedeu a palavra ao digno par interpellante.

O sr. Marquez de Vallada—principiou dizendo que respeitamos a justiça e a lei, para que a lei e a justiça sejam respeitadas. Respeitamos as guardas d'essa lei, as sentinelas do templo da justiça, aquella que se distribue a este povo.

Estes são os desejos d'elle orador; são estes os votos que faz n'aquella tribuna; são estas as palavras que exprimem as idéas que sempre tem defendido no santuario das leis, n'este templo que também o é de justiça.

Possuido e compenetrado estava elle, orador, do estado de corrupção do nosso paiz, sem querer dizer que esta ou aquella classe é corrompida, que este ou aquelle individuo deve ser castigado; mas entendendo que a todos os criminosos, pertencem á classe a que pertencerem, o castigo deve ser igualmente distribuido, assim como a recompensa se deve de direito ao merito. Caia, repete, o castigo e o stygma sobre o criminoso; venha elle d'onde vier, vá para onde for, pertença á classe que pertencer.

Seguindo elle, orador, esta vereda, seguindo sempre o pendão da lei, ha constantemente mostrado n'esta camara a independencia do seu caracter; e folga de assim o haver feito. Se elle tem emulos e inimigos, e que os tem, alguns bem ousados e determinados, não duvida contudo apellar para o testemunho d'elles, que não ousarão sequer desmentir-lo, nem mesmo contraria-lo.

E um dever do homem publico e do representante da nação, o velar pela manutenção das leis, para que a justiça seja distribuida com igualdade, para que os povos se mantenham em harmonia á sombra da justiça, debaixo da salvaguarda da lei.

Tendo elle, orador, por bandeira a justiça, e por escudo a honra, marcha desassombrado, apesar dos inimigos, emulos, ou contradições.

Espantou-se, surpreendeu-se mesmo, quando a sua casa chegou um jornal que se publica na cidade do Porto, intitulado o *Jornal do Porto*, o qual elle foi mandado, não sabe por quem, e com uma tarja marcada com tinta preta no lugar em que se achava o artigo a que já na passada sessão se referia, para se lhe indicar o objecto que devia ler, para o poupar de certo ao trabalho de ler todo o jornal, no qual lhe fizeram muito favor. Surpreendeu-se com tal leitura; tomou conselho com a sua consciencia, e disse: que lei de fazer? Ir para a camara ler o artigo que se me indica, apresentando ao sr. ministro da justiça, pedir-lhe que attenda ao que elle contém, e proceda em conformidade com a lei.

Leu portanto aquelle artigo á camara, achando-se por essa occasião só presente o sr. ministro da fazenda, e apenas enunciou finda essa leitura em curto summario, quaes as suas idéas e intencções a tal respeito.

N'esta sessão, pois, tornava a ler uma pequena parte do artigo para a boa ordem das suas idéas, e para lhe servir de reforço ao que passava a expender.

Finda a leitura proseguiu narrando que na sessão anterior o sr. ministro da fazenda pedira a palavra e usou d'ella muito parcamente, como era de esperar, visto que s. ex.ª não era ministro da repartição a que elle, orador, se referia, e com a benevolencia propria de cavalheiro declarou immediatamente que daria parte ao seu collega da justiça.

Em seguida a este acontecimento o digno par o sr. Ferrão pediu a palavra, e usando d'ella, declarou ou interpretou as palavras do juiz de direito de Felgueiras, e disse: me adsumi eis-me aqui; o negocio é comigo; a questão pertence-me; porque a carta a que o jornal se refere foi escripta por mim!

Affirma elle, orador, que não tinha a minima idéa do auctor da carta, não suspeitava de ninguém, nem tinha conversado com pessoa alguma, porque meiodo muito pouco tempo entre a recepção do jornal e a sua apresentação na camara. Ficon, pois, surpreendido! S. ex.ª acampanhou aquella declaração com a leitura de uma carta que recebera do juiz de direito de Felgueiras, a qual parece a elle, orador, que era pouco longa, e terminava dizendo

«que agradeça a s. ex.ª os conselhos» que o digno par o sr. Ferrão declarou serem dados no campo da jurisprudencia, traçando-lhe a senda, e marcando-lhe a estrada que devia seguir.

Estas foram as impressões que elle, orador, recebeu depois das palavras de s. ex.ª

Não passaria também em silencio um episodio notavel.

O sr. Silva Ferrão fez a declaração de que era a elle que o artigo do jornal se referiu, e o outro sr. Ferrão, ministro da justiça, chegou quando a sessão estava quasi no fim, apesar do que elle, orador, pedira de novo a palavra para diante de s. ex.ª repetir o que havia precedentemente dito; palavra de que não pôde usar por se estarem discutindo projectos de fazenda; se bem que então fez a declaração de que na seguinte sessão trataria do assumpto, no que o proprio sr. ministro da justiça combinou. No outro dia pela manhã ao ler os jornaes deparou, no que se publica n'esta cidade com o titulo *O Agapito*, com um artigo em que o redactor attribuia a tal carta ao sr. Mártens Ferrão, dizendo: «Foi elle quem a escreveu; é mais um escandaloso! Um ministro da coroa escrever uma carta d'esta! Vê-se que o auctor do artigo do *Agapito* reprovava o acto solememente, e entendia na sua consciencia que a carta emanava do sr. Mártens Ferrão!... Ainda cousa mais extraordinaria: no mesmo jornal, ou no numero seguinte, e a fim de sobrecarregar o sr. Mártens Ferrão com todos os escandalos; veiu dizer aquelle escriptor que o sr. ministro da justiça é sempre injusto, e tanto assim que, demittindo o carcereiro das cadeias da relação do Porto, fizeram os presos um attestado em que comprovavam a boa conducta do carcereiro, que estava na melhor harmonia com os criminosos. «O sr. Mártens Ferrão (acrescentava o artigo) continua a trilhar a mesma senda, nada o pôde despersuadir, e faze-lo seguir outro caminho.» Ora, ao ver elle, orador, no tal attestado assignaturas de juizes, entendeu que eram juizes de outra especie; mas em breve se desenganou, lendo *juiz da praça de Santa Rita, de Nossa Senhora do Carmo, etc.* Eram pois criminosos e malficetos que attestavam que o carcereiro era homem capacissimo! E esta consideração, que logo se devia ter feito, não obistou a que alguém quizesse fazer pesar grande responsabilidade ao sr. Mártens Ferrão pela demissão d'aquelle homem! Depois d'isto, e tendo elle, orador, ouvido que se fazia moeda falsa nas cadeias da relação do Porto, desconfiou do caracter de tal attestado, e mais fortes suspeitas se lhe apresentaram de que n'aquellas prisões se pretendia continuar o odioso trafico.

Não pertende fazer offensa a ninguém, e só por incidente lançou á discussão este facto do carcereiro. Julga que está autorisado (o parece-lhe que igualmente o estão todos os homens de alguma intelligencia, e mesmo de mediocre capacidade, muito mais hoje que tanto se falla em liberdade de exame) a interpretar, conforme á razão, as palavras de qualquer documento; e foi por isto que desejou fazer sentir a impressão que lhe causaram os factos que acabava de mencionar.

Resumindo e confirmando portanto o que dissera na sessão passada, pergunta ao sr. ministro (pergunta ociosa na verdade), se s. ex.ª foi informado do que elle orador narrára n'aquella sessão, e se depois tratou, como lhe cumpria, e como era seu dever, de tirar cabaes indagações do caso? Affigura-se-lhe que o sr. ministro dos negocios da justiça, depois d'aquella discussão relativamente ao juiz de direito de Felgueiras, escrevera ao juiz officialmente, ou mandára escrever, perguntando-lhe se porventura o despacho publicado no *Jornal do Porto* era por elle lavrado, de quem era a carta que tinha recebido e a que se referia aquelle despacho, qual o teor d'essa carta; e está certo, elle, orador, de que s. ex.ª se não descuidaria de ordenar ao juiz que lhe remettesse, pois qualquer trecho por pequeno que seja, qualquer palavra ainda que passageira, pôde ter um sentido bastante importante, e espalhar luz sobre o objecto de que se trata. S. ex.ª não podia ainda receber resposta do juiz pelo pouco tempo que media entre a discussão passada e a d'este dia; mas dirá elle, orador, que lhe consta quiz officialmente, que a sobredita carta, a que se reportavam o juiz de Felgueiras e o digno par o sr. Ferrão, existe n'esta cidade, e até lhe disseram que na mão de um digno par, não presente n'aquella sessão.

Constava-lhe mais que se mostrou ao sr. ministro da justiça a copia da carta. E provavel que aquelle juiz não largasse mão d'esse documento que reputava muito importante; e por isso uma copia bastaria para o sr. ministro conhecer do facto.

Espera que s. ex.ª lhe responda sem rodeios, e claramente; porque o tempo de responder com certos rodeios, e com palavras de sentido duplo, passou felizmente, e o sr. ministro da justiça e os seus collegas, como homens jovens, têm a obrigação de responder franca e cabalmente, e não devem allegar qualquer difficuldade, para responder de uma maneira duvidosa. Deseja, portanto, que o sr. ministro da justiça lhe responda a tudo quanto perguntou, e aguardando as palavras de s. ex.ª, confia em que serão claras, terminantes e cathoricas; e reserva-se o direito que lhe assiste para tornar a pedir a palavra, no caso de que julgue conveniente responder a s. ex.ª, ou dirigir-lhe algumas outras perguntas em additamento daquellas, ou a qualquer digno par, se o seu discurso exigir que se occupe novamente d'este negocio.

O sr. Ferrão—principia affirmando que por mais que desca no fundo da sua consciencia, e a interrogue, não pôde encontrar no facto que praticou motivo para a censura.

Trata-se de uma carta meramente particular que o juiz de direito de Felgueiras devia guardar para si e nunca revelar sem sua autorisação; carta innocentemente escripta, pura nos motivos que a impelleram, escripta ao correr da penna, de que não deixou copia, mas cuja substancia tem bem presente, carta de admoestação e de conselho, e não de recommendação e de empenho

(Leu esta nova carta, fechou-a, e mandou seguisse o seu destino.)

Feito isto, passou a dar as suas explicações. Em primeiro lugar, disse não haver aqui distincção de pares; se exercem ou não exercem funções publicas.

Os dignos pares, que as não exercem, não ficam mais privilegiados, nem mais desasombados, para votar pela observância da carta, para chamar contra os abusos, para tomar iniciativa sobre objectos de interesse social, seja por meio de propostas de lei ou de interpellações.

Em segundo lugar, dizia também que esta camara, concedendo aos juizes, que são pares do reino, a faculdade de accumular, tem já por vezes declarado, que essa concessão se deve entender sem prejuizo do serviço e funções parlamentares.

Logo o juiz fica interdicto, apesar da licença, se as funções que tem de exercer nesta camara forem incompatíveis com as funções judicias.

Em terceiro lugar, e em conformidade com estes principios, sempre que lhe for preciso considerar nesta camara um assumpto qualquer, debaixo de um ponto de vista mais complexo, que o de interesses individuais, na colligação de deveres, escolhe o de membro d'esta camara, e desde esse momento cessa de ser juiz.

É inabavel esta sua convicção. Posto isto: Pareceu-lhe ver a innocencia opprimida, com fórmulas judicias, a peor de todas as oppresses.

Pareceu-lhe ver o suborno e o perjurio em campo para se imputar a alguém um facto inverosimil, porque só podia aproveitar a quem tinha interesse em se inutilisar a fonte de que podia ser extrahido um elemento da prova judicial.

Viu lançar-se uma rede, a pretexto de cumplicidade; para se abranjer em uma pronuncia pessoas que estavam a mais de trezentos kilometros de distancia do lugar em que o facto havia sido perpetrado.

Viu que se exagerava, contra as leis do reino, esse facto, expedindo-se mandados de prisão, com declaração exclusiva de fiança.

Viu que o supremo tribunal de justiça havia, dentro dos limites das suas attribuições, por dois accordos successivos, não só qualificado o facto, quanto aos pretendidos cumplices, como susceptível de fiança, mas procurado emendar um erro do processo, annullando-o desde o corpo de delicto.

Soubes depois que o juiz se dora pressa em reformar o processo, e lançar nova pronuncia contra as mesmas pessoas, e que novos mandados de prisão foram expedidos com a mesma declaração exclusiva de fiança.

Viu copia de um d'esses mandados, em que não só se qualificava o facto em termos diversos dos fixados pelos accordos do supremo tribunal de justiça, mas se accumulavam outros inepetos, que o código penal não incrimina, nem devia incriminar.

Viu que muitos juizes, sem serem os do supremo tribunal de justiça, assim analysavam e commentavam esses mandados.

Soubes que se fizeram activas diligencias para se prenderem uma viuva, o tutor de seus filhos, e um amigo e protector d'essa familia. Faltou pronunciar também os membros do conselho de familia e o juiz dos orphãos!

Soubes mais que esses supostos cumplices se achavam homisados para não serem levados de cadeia em cadeia até Felgueiras, com o imminente risco de serem assassinados, ainda que não fora senão por effeito de taes vexames.

Soubes, finalmente, que a viuva, aterrada com a idea de uma tal prisão, fora accommettida de um ataque apoplectico, e que se achava em risco de vida; e que o protector d'essa familia estava correndo o mesmo risco, e na mais deploravel situação.

Com o conhecimento de estas circumstancias não podia deixar de lamentar, ou a ignorancia de direito, ou o perjurio e talvez o suborno das testemunhas, ou a parcialidade judicial, que produziao tão irreparáveis damnos.

Suppoz que o juiz de Felgueiras, illudido em sua boa fé, queria prestar um serviço á moralidade e á justiça, influido, sem o querer, indirectamente no processo de habilitação que pende em uma das varas civis d'esta capital; e que este era todo o fim d'este trama.

Nestas ideas estava elle, orador, de sciencia e de apreciação, quando um cavalheiro, parente de um digno par já fallecido, e que muita falta faz nesta camara, foi procura-lo para lhe pedir por tudo quanto havia de mais sagrado, acudisse a um homem que agonisava, e dava signaes de alienação mental.

«Mas que posso eu fazer, lhe replicou o orador? O seu amigo sabe que pôde recorrer para os tribunales superiores. Tranquillize-o pois, dizendo-lhe que a verdade ha de apparecer um dia em toda a sua luz; e que no entretanto tenha coragem e resignação, porque todos n'este mundo temos o nosso quinhão de dissabores e de contrariedades.»

O seu interlocutor instou, declarando, que na actualidade sómente se pertencia d'elle, orador, que tivesse a caridade de visitar um homem no seu leito quasi de morte, e de lhe dar algumas consolagões: que muito se esperava conseguir assim, e que as lenturas de recursos para os tribunales superiores tornariam o remedio inutil e tardio.

Em vista de taes considerações, não resistiu. E resistiram os dignos pares em tal situação?

Apella para a sua razão, para o seu coração.

Foi, pois, ao escondijo que se lhe indicou. E foi viu! Um enfermo, rodeado de cinco filhinhos: mais morto que vivo, deitando sangue pela boca, ardendo em febre, e, no seu delirio, soltando maldicões contra a justiça do paiz, contra as leis, contra a falta de protecção do governo, e chorando como uma creança.

De quando em quando exclamava: «Ai, minha cabeça, que se me parte! Que será de meus pobres filhinhos!» Outras expressões proferia, que elle, orador, cala, mas que exprimiam a sua dor, e a sua perturbacao de espirito.

Forçou por acalmar o seu estado de irritação, que era por certo muito maior contra o sr. juiz de direito de Felgueiras, do que é a irritação que este manifesta contra o auctor do documento a que se refere.

Pareceu tranquillizar-se um pouco; e assim elle, orador, o deixou, voltando a sua casa, partido o coração de verdadeira magua em rasão do espectáculo que havia presenciado.

Depois de dar este passo o orador sentiu que, ainda que não estivesse tão convencido da injusticia de que este homem era victima, a nimia benevolencia podia ser um elemento que tivesse de combater como juiz.

Deliberou por tanto protege-lo, mas só como de homem para homem, e como par do reino, despidido de da qualidade de juiz em todos os processos civis ou criminaes, em que elle fosse parte.

Nisto usou de um direito que a lei lhe concede. Direito de que usou o sr. juiz de direito de Felgueiras, lançando-se de suspeito no processo em questão.

A lei vêda em taes casos que o juiz motive a sua suspensão, porque deixou isso ao seu juramento e consciencia.

Ninguém lhe pede satisfações, ninguém tem direito a pedir-lhas. Dá-las é offensivo da sua dignidade, porque pôde fazer suspeitar que estava anteriormente sujeito a alguma pressão de interesse individual, que quiz assim remover ou attenuar.

A abstenção de julgar quanto ao sr. juiz de direito de Felgueiras significa o recio de ser parcial, no estado de sua irritação, transpondo os limites de uma justa severidade.

Por parte d'elle orador a abstenção de julgar exprime a incompatibilidade de funções parlamentares que sobre o caso tinha a exercer, contemplando o objecto de ponto de vista mais elevado.

A constituição do estado prohibe que alguém seja conduzido á prisão, nos casos em que a lei admitte fiança.

É altamente absurdo que um juiz de primeira instancia, só porque entendeu um supposto facto, que elle provisoriamente qualificou, exclusivo de fiança, dê a lei a juizes e autoridades de outra jurisdicção, para ficarem cegos instrumentos de mandados de prisão, quando a injusticia d'ella for palpante em vista da natureza do facto e das leis em vigor.

Este absurdo, esta violação da carta, nasce, em parte, da deficiencia, e, em parte, da ignorancia ou precipitação dos juizes de pronuncia.

Como remediar este mal? Que podia fazer? Usar da sua iniciativa, propondo á camara um projecto de lei regulamentar do § 8.º do artigo 145.º da mesma carta. Assim o praticou, e o projecto achase affecto á commissão de legislação desde o dia 11 do mez passado. O seu relatório, sobre que chama a attenção dos dignos pares, é a sua maior justificação.

Mas não foi só este facto de Felgueiras que despertou a sua attenção sobre o assumpto: foi também o conhecimento anterior de factos semelhantes, e sobre tudo a leitura do jornal o Ultramar, que se publica em Margão, e em que analysando-se o projecto de reforma judicial, organizado pela junta geral do districto do ultimo biennio n'aquelles estados, se diz o seguinte:

«O supremo tribunal de justiça está muito longe de nós: só a ida e volta dos processos leva annos e ajuntando-se a este longo espaço aquellos annos que demora a decisão, fica sendo immenso o tempo de prisão que soffre o infeliz que já teve pela sua innocencia a sentença de duas instancias, e principalmente a da relação que é voto de tres juizes.

«Em crimes que não fossem capitales votariam-se para esses casos a sultura sem nenhuma fiança; mas quando se opina pela necessidade da fiança não podemos concordar em que ella seja facultativa.»

«N'esta terra onde o testemunho falso campal activo, e procura sempre imputar crimes que não admittam fiança para encarcerarem o adverbio innocente, em quanto os verdadeiros criminosos andam soltos, talvez fosse util que a todos os criminosos se admittisse fiança, graduada segundo a gravidade do crime: assim se quebrava ao menos uma das armas poderosas com que as sociedades do perjurio fazem tremer toda a gente.»

Todavia, forçado pela sua consciencia a deixar de ser mais juiz no caso de Felgueiras e suas dependencias, tirando assim o seu voto ao que reputava injustamente opprimidos, quiz ao menos, para sua tranquillidade, fazer um esforço de caridade para com elles, e para com o mesmo juiz de direito d'aquella comarca.

Resolven dirigi, note a camara, uma carta particular ao mesmo juiz, na qual o preveniu da resolução em que ficava, de não ser mais juiz no celebre processo de Felgueiras; e que por isso se considerava autorisado a expor-lhe os inconvenientes de taes factos que estavam resultando dos seus mandados exclusivos de fiança; o proposito de propor n'esta camara medidas legislativas, e mesmo fazer as interpellações que fossem necessarias para que taes inconvenientes se não reproduzissem; as rasões demonstrativas do erro de direito, em que, segundo a sua opinião, elle juiz se achava; e que a sua boa fé se achava illudida; e pedia-lhe, para credito seu e da magistratura a que ambos pertenciam, reflectisse, para, se lhe fizessem peso aquellas considerações, fazer justiça: acreditando sempre, que elle, orador, não tinha a intenção de o offender ou injuriar, mas sómente de o advertir.

Foi, como disse, uma carta particular de advertencia ou de admoestação, e não de empenho ou de recommendação, precisamente nos termos que aconselha o Evangelho: «Si precaveris in te frater tuum, vade et corrip eum in secreto et ipsum solum, si te audierit lucratus eris frater tuum.»

Precisamente nos termos em que o permite a lei do reino; pois, se não é prohibido aos poderosos e julgadores tomar em publico a defesa do pessoas em que são suspeitos, com mais forte rasão é permitido tomar em taes circumstancias a sua defeza, por meio de uma missiva particular.

Além d'isso, se como par do reino lhe cumpre valer na guarda e sustentação das leis, e para esse fim tem o direito de fazer propostas de lei, e de dirigir aos ministros as interpellações que tiver por necessarias, nada lhe impede de prevenir a auctoridade a que tem de alludir. Vale mais isso que vir aqui cair de improviso sobre essa auctoridade, na sua ausencia, e sem a prevenir, como por vezes se tem praticado.

O juiz de direito de Felgueiras, assim qualificado a sua carta; pois que, na em resposta teve a delicadeza de lhe dirigir, sustentando a pureza da sua consciencia, a firmeza da sua apreciação no processo, e deplorando as informações que se lhe deram falsas na sua opinião, fez com tudo justiça ás intenções d'elle orador, e concluiu agradecendo muito as suas advertencias.

A dignidade, com que o juiz lhe escreveu, quebrou-lhe as forças para fazer contra elle a menor interpellação. A camara sabe que nenhuma elle, orador, annunciou desde 11 de Fevereiro até hoje.

Reduziu-se ao acto, já praticado, de apresentação do seu projecto de lei regulamentar do § 8.º do art. 145.º da carta, em que não influiu de modo algum a resposta do juiz, que tem a data de 9, e que só podia ser, como foi, aqui recebida no dia 12, um dia depois da mesma apresentação.

Não quer elle, orador, nem é sua intenção irrogar a menor injuria ao juiz de direito de Felgueiras. Se os juizes inferiores não fossem susceptiveis de erro, só porque dizem ter uma consciencia e uma imparcialidade acrisolada, eram inúteis os recursos para os tribunales superiores.

No caso de Felgueiras houve duas camadas de mandados de prisão exclusivos de fiança.

Quanto á primeira camada não só a injusticia da exclusão foi declarada pelo accordo do supremo tribunal de justiça, mas annullado o processo desde a sua base.

Quanto á segunda camada, peor, muito peor que a primeira, a injusticia da exclusão foi reconhecida e julgada na propria comarca pelo juiz substituto, com audiencia e sem opposição do ministerio publico, e o que é mais, com annuncia das mesmas partes querelantes.

Tinha, elle orador, pois muita rasão para tomar a si a defeza dos opprimidos.

E quem os indemnisa agora dos estragos que sofreram na sua saúde, no giro e administração dos seus negocios?

Mas diz o digno par, ninguém fallou do sr. Ferrão, para que vein elle denunciar-se?

Responde:

Porque ouvin suspellar contra cavalheiros, que talvez estejam bem longe da allusão feita pelo juiz de direito de Felgueiras; e por em si o caso porque ha uma certa coincidência de datas, ainda que esta interpretação não concorda com os termos da carta que recebeu do mesmo juiz.

Procedeu assim para desviar d'esses cavalheiros toda a suspicita. Quanto a elle orador, forte da pureza dos seus motivos, e da boa rasão que lhe assistia, não teme a censura.

O sr. Ministro da justiça:—expoz que o digno par o sr. marquez de Vallada quando lhe dirigiu a sua interpellação, dissera esperar que o governo, ou elle ministro lhe respondesse com toda a clareza, sem voltas nem rodeios. Deve dizer a s. ex.ª, que sempre que se lhe faça qualquer pergunta, cuja resposta clara e terminante possa de algum modo causar prejuizo ao estado ou aos negocios publicos, nenhuma duvida terá em declarar logo, não respondendo, em consequencia de taes motivos. Com esta mesma franqueza também se presta a responder de maneira clara e explicita ás perguntas ou interpellações que se lhe dirijam, quando n'isso não corra risco a causa publica; sendo mesmo isso um dever que lhe impõe o seu cargo.

Com franqueza declara pois que também recebeu o jornal a que o digno par alludiu; lhe essa declaração no despacho que no mesmo jornal se menciona, e logo entendeu que tendo vindo um magistrado a publico referir um facto importante sobre a administração da justiça, lhe cumpria dirigir-se a esse magistrado para informar o governo se effectivamente aquelle despacho era seu, e quaes os motivos que o haviam levado a fundamentar-lo assim, referindo-se a um facto que (dizia elle) de alto lhe tinha sido indicado. Ora a primeira idea, que lhe occorreu, foi de que o juiz se referia a algum facto de auctoridade constituída e superior, por isso exigiu que o informasse se o despacho era seu; e quando o fosse, também informasse dos motivos que o haviam levado a lança-lo d'aquelle modo, e isto por haver entendido ser de toda a conveniencia saber-se os motivos por que o juiz procedera assim.

Esta mesma declaração já elle ministro fez na outra casa do parlamento, na occasião em que ali se lhe dirigiu uma interpellação acerca d'este objecto, e se o digno par se quer dar ao trabalho de compulsar os Diarios de Lisboa, n'elles encontrará o que acaba de dizer e repetir, por ser a verdade do que se passou, e porque desejava ser informado do negocio, a fim de o apresentar ao conhecimento dos poderes publicos.

O orador parava n'este ponto e a camara muito bem comprehenderia que nada mais por ora podia nem devia dizer, por isso que lhe faltam as participações officinaes porque ainda as não recebeu, e assim não pôde referir-se nem basear-se senão em pegos officinaes.

Deve mais dizer que os negocios ou os processos que estão entregues a um poder independente, como é o judicial, nada têm com o governo; e que as partes ou os interessados lá têm os recursos que as leis lhes dão para se obstar ao arbitrio ou á menos justiça que por ventura algum juiz proceda; e sendo isto um principio certo e innegavel, não pôde elle ministro de maneira nenhuma intrometter-se com a administração da justiça.

O digno par o sr. Ferrão appellou para a memoria, d'elle orador, dizendo que já lhe havia fallado acerca d'esse processo que estava pendente no ministerio da guerra. É verdade que s. ex.ª lhe fallou n'isso; porém elle ministro não podia avocar esse processo nem d'elle tomar conhecimento, porque o governo é inteiramente estranho á acção do poder judicial. Se ha juizes que são criminosos, lá estão também as leis que lhes são applicaveis; mas quando não sendo criminosos julgaram contudo menos conforme ás leis, lá estão os tribunales superiores para corrigirem essas faltas; mas nunca é ao governo que cabe ir intrometter-se em negocios inteiramente judicias, e por isso sobre o negocio de que se trata, nem pessoal nem officialmente deu o governo o mais pequeno passo.

Dada esta explicação nada mais pôde dizer á camara; no entanto se ainda algum digno par lhe dirigir alguma pergunta ou fizer algumas considerações sobre ponto especial, usará da palavra para a devida resposta.

O sr. Conde da Taipa:—fez sentir que o negocio de que se tratava era um symptoma da molestia de que ha de morrer o nosso paiz, se acaso se lhe não acudir de prompto.

Os dignos pares tinham ouvido o idillio sentimental com que o sr. Ferrão narrou o seu procedimento; declarando ter sido a compaixão, que o induzira a sair do seu dever como membro do primeiro tribunal do paiz.

O sr. Ferrão:—declarou que esperava do sr. presidente não permitiria ao digno par o uso de palavras que se possam reputar offensivas.

O sr. Conde da Taipa:—proseguiu dizendo que tencionava terminar o seu discurso por essa phrase de Cicero:—«Quousque tandem abutere Catilinae patientia nostra?» mas depois da interrupção do digno par tinha de principiar por ella. Usando do mesmo direito do digno par, passava também a contar o caso, para a camara ficar ao facto d'elle, e o ministerio satisfazer ao seu dever em materia tão escandalosa. A verdade do facto está no que passava a apresentar:

No imperio do Brazil, na cidade de Cabofrio, morreu um homem de Felgueiras, deixando a herança da pequena quantia de 1:200:000\$000 réis do Brazil, que são 600:000\$000 réis da moeda de Portugal. Aconteceu que elle tinha aqui duas irmãs em Felgueiras. Estas duas irmãs habilitaram-se suas herdeiras. Todos sabem que existe em Portugal uma sociedade, que, apenas farça alguma herança, logo os homens que a compõem apparecem a interferir n'ella (apoiados), como n'este caso, que ainda foi principiado por um certo Mantua, que aqui houve, e um tal Osorio, ambos amigos do digno par o sr. Ferrão, o que s. ex.ª não duvidará. Estes homens entraram pois a ver o modo como haviam de ingerir-se no negocio. O finado em Cabofrio chamava-se fulano Guimarães. D'este appellido ha muitos, pois é um dos mais communs. Foram descobrir um major, ou tenente coronel, já fallecido, e que se chamava também Guimarães, e descobriram igualmente um requerimento que elle tinha feito á secretaria da guerra pedindo a sua reforma. Por fas ou nefas tiveram accesso a esse processo, e inseriram n'elle a publica forma de uma certidão falsa, em que mostravam que o dito militar era outro irmão d'aquellas duas senhoras, devendo ter parte também na herança. Quando tal noticia chegou a Felgueiras, ficaram todos muito admirados, porque bem conhecida era esta familia; e todos sabiam que não havia irmão, afóra aquelle que fôra para o Brazil.

Requerer-se ao parochio passasse por certidão se nos livros existia o tal assentamento, que apparecia por certidão no processo que existia na secretaria da guerra. Pediu-se depois que aquelle livro fosse remetido de Felgueiras para Lisboa, ao que as auctoridades ecclesiasticas annuíram; e n'uma estalagem do caminho, tiraram o livro a quem o levava, arrancaram-lhe uma folha, e d'ahi tiraram fundamento para dizer: «falta a folha, e por isso não se pôde tirar a certidão.» Isto, porém, foi feito tão publicamente, que o depuzeram as testemunhas, dando por intervido no caso um fulano Cavalleiro e outro, cujo nome elle, orador, se não recorda, mandatrios d'este tal Osorio. Mandou-se querrellar do facto, e subtracção da folha; foram pronunciados, e vieram deprecadas para Lisboa para serem presos. Requereram fiança, que lhes foi negada pela relação do Porto, mas depois concedida pelo supremo tribunal de justiça; que não só lhes deu fiança, como até despronunciou, annullando o processo, pela allegação, não de ser falso o terem tirado a

folha do livro, mas de ser o facto um simples furto, que não se podia qualificar senão pelo valor da folha do papel! Instaurou-se de novo o processo, e o juiz fez o que lhe mandou o supremo tribunal de justiça; mas o que não approvou foi aquella jurisprudencia de ser só o valor intrinseco da folha de papel, e por tanto depois de pronunciados foram presos em Lisboa, e recolhidos no Limoeiro.

O digno par, o sr. Ferrão, que negue o facto de ir ter com o juiz criminal, para o convencer que devia ser concedida a fiança, não pelo processo reformado, mas pelo accordo que tinha annullado o processo. O juiz Vilaça resistiu, o juiz Vasconcellos cedeu á jurisprudencia do sr. Ferrão, e então o foi solto e outro ficou preso. N'esta conjuntura houve a carta do digno par; o juiz de Felgueiras deu-se por suspeito, e o substituto despronunciou.

Quanto á pobre viuva, que provocou o sentimentalismo do sr. Ferrão, era natural acontecer que quando foi preciso tivesse um fiquito (riso). Esta era a verdade do caso; e por ella responde elle digno par.

O sr. Ferrão:—Faz mal em responder.

O orador:—conclue pedindo ao sr. ministro da justiça, que examine o caso; e faça com que a carta do sr. Ferrão lhe venha officialmente á mão, porque officiosamente sabe elle, orador, que s. ex.ª já a leu. Não é de admirar que o juiz diga que vem do alto, quando a mesma carta diz: «En cá fico vigiando ab-alto a sua conducta sobre este negocio.» Não sabe o digno par se o sr. Silva Ferrão está certo n'esta phrase, porém a elle, orador, parece-lhe serem estas as expressões. Se isto assim for, o sr. ministro da justiça falta ao que deve á sua posição e á honra que tem sempre sustentado, se não remetter tal processo ao procurador geral da coroa, determinando-lhe, que accuse o digno par o sr. Ferrão, pois que taes golpes se fazem necessarios para o paiz não cair n'um abysmo.

O sr. Marquez de Vallada:—affirmou ter ouvido com a devida attenção as explicações do sr. ministro da justiça. S. ex.ª respondeu, que em qualquer occasião que se lhe pedissem explicações, não duvidaria da-las quando o interesse publico e o serviço não soffressem, nem fossem contrarias ao bom andamento dos negocios publicos. Não era preciso que s. ex.ª lhe fizesse tal advertencia; mas pergunta á camara e ao paiz, se este negocio não é de uma gravidade extraordinaria, depois do que acaba de dizer o digno par o sr. conde da Taipa? E elle, orador, sabia muito pouco de todo este negocio; sabia apenas que um juiz tinha declarado haver recebido uma carta de muito alto, de sorte que não podia decidir com a serenidade propria de juiz, um negocio importante. Se as expressões que o digno par o sr. conde da Taipa mencionou, e disse ter ouvido, são verdadeiras; se é facto que o sr. Silva Ferrão dissera ao juiz que o ficava vigiando, não sabe o que se deva dizer de tudo isto.

Presume que um juiz do supremo tribunal de justiça não se acha collocado em posição igual á de outro homem, embora este tenha um titulo, pois todos sabem que os juizes de direito dependem do supremo tribunal de justiça; e hoje mesmo ahi se está julgando das antiguidades em relação aos juizes. Pergunta pois, sendo verdadeiras as expressões, que referiu o digno par o sr. conde da Taipa, se não terá rasão o juiz de direito de Felgueiras de se assustar e affligir?

Disse mais o digno par o sr. Ferrão «não fui eu só que escrevi aquelle juiz; e nada mais natural de que um homem da mesma classe escrever a um collega pedindo um favor» porém a elle orador tal carta lhe parece demasiadamente grave, porque, embora o juiz de direito seja um magistrado, em relação á posição do sr. Ferrão é inferior.

Também lhe fez grave impressão ter dito o mesmo digno par que lhe constava haver cartas de outras pessoas influentes, alludindo igualmente a um cavalheiro, parente de outro digno par, que foi um dos ornamentos d'esta camara.

Não sabe elle orador quem escreveu aquelle juiz, mas se se persuadisse que algum ministro da coroa tinha directa ou indirectamente tomado parte n'este negocio, havia de retirar-lhe toda a confiança, não só como ministro mas até como homem; e como cavalheiro. Julga impossivel, embora se diga vagamente, que alguns dos srs. ministros protegem este cavalheiro, porque elle fizera serviços eleitoraes; porém, mesmo por se dizer isto, o sr. ministro da justiça tem obrigação, como homem de bem, de proceder n'este negocio com toda a clareza e franqueza.

Affirmou s. ex.ª o sr. ministro, que por em quanto não tem a carta, e n'isto parou; s. ex.ª parou, e parou bem; suspendeu o seu discurso aonde devia suspender-o, não se adiantou a sua marcha com recio de se descobrir; mas s. ex.ª procederá bem, caminhando ávante quando tiver na sua mão tal documento, pois que elle digno par protesta não desancar n'este negocio. O sr. ministro conhece o bem, sabe qual a firmeza do seu caracter, qual a sua tenacidade, e tanto mais quando se trata de um negocio de tão alta gravidade.

Neste momento gravissimo em que o paiz todo se occupa da questão da moeda falsa; no momento em que os partidos e os homens lançam insinuações enconradas uns aos outros; no momento em que se diz que a magistratura está não corrompida geralmente, mas que alguns membros d'ella, nas suas diversas collocções, são corrompidos, no momento em que se trata de julgar uma parte d'esses magistrados, será então, que se deva crisar os braços, e parar amedrontado?... Numcal... Trata-se da honra de paiz, e elle orador, apella para a honra dos sr. ministros. Quem não tem forças para resistir ás contemplações pessoas, largas as cadeiras do governo, e não diz que faz um grande sacrificio em as occupar.

Estimou que o sr. conde da Taipa alludisse a umas certas sociedades de malfeteiros que por ahi ha, porque malfeteiros são todos aquellos que commettem malfeticos; são sociedades de certos homens de má nota, a que elle orador não gosta de se aproximar, e portanto trata de se afastar d'elles o o mais que pôde. Estas sociedades não têm nada de politicas, mas muitas vezes a politica introduz-se n'ellas para proteger alguns individuos, porque elles prestam em certas occasiões serviços, e esses que assim praticam chamam a isto tolerancia, mas elle orador, chamar-lhe ha indifferetismo. Ao indifferetismo religioso seguiu-se este! É para sentir que se protejam homens sem se procurar saber as suas qualidades!

O sr. ministro da justiça tem uma missão espinhosa a cumprir, e é necessario que s. ex.ª se não contente com esse brilho de que o seu nome está até certo ponto rodeado, porque deu algumas ordens para descobrir certos malfeteiros. É preciso não parar; porque então dir-se-ha que s. ex.ª fingiu adoptar certas medidas para deitar poeira nos olhos. Todavia elle, orador, está convencido que este não é o animo de s. ex.ª nem dos seus collegas.

Quando, elle orador, se dirigiu pela primeira vez ao sr. ministro, disse-lhe que não havia de contentar-se com uma resposta cheia de rodeios; mas s. ex.ª respondeu claramente, e não tem portanto, elle orador, rasão de queixa, e deveria ser tachado de impertinente se por ventura desde já quizesse lançar algumas palavras de censura sobre a conducta de s. ex.ª; mas o que pede e espera do nobre ministro é que, logo que receba a resposta proceda como lhe cumpre. Desde já previne a s. ex.ª de uma outra interpellação, a este respeito, sob outra phase, porque os negocios politicos tratam-se debaixo de di-

versas fórmulas. S. ex.ª declarou que tinha mandado perguntar ao juiz de direito de Felgueiras se o despacho era seu, e isto embora já tivesse lido a carta, como disse o sr. conde da Taipa, porque sendo s. ex.ª todo escolar e methodico, ninguém lhe faz alterar a ordem porque as cousas devem caminhar, ainda mesmo que o sr. Silva Ferrão lhe tivesse dado a carta, s. ex.ª não a apresentava, porque não tinha vindo pelos meios competentes. Quando pois chegar essa resposta, deve a carta ser depositada no bufete da presidencia para que os dignos pares a examinem, porque não é negocio secreto, nem nenhum tratado que esteja para se effectuar com qualquer potencia estrangeira.

Conclue declarando que esperará que venha a carta e a resposta do juiz, para depois de a examinar, fazer as considerações que julgar convenientes sobre o assumpto.

O sr. Ferrão:—não trata do facto nem das pessoas que figuram no processo civil de habilitação de herdeiros. Esse processo corre os seus termos: as suas provas hão de ser apreciadas por juizes mais competentes que o digno par o sr. conde da Taipa.

Todavia dirá ao digno par, desde já, que ha muitas inexactidões nas circumstancias do facto que relatou.

Ha negociadores de demandas, ou protectores, com interesse, a favor de herdeiros que não tem meios de sustentar as despesas de uma habilitação ou reivindicção.

Uns são de boa, outros são de má fé. Uns são falsarios e ladrões, outros empregam só meios licitos.

No caso de que se trata, a questão não é entre herdeiros: é entre uns e outros negociadores: é o dinheiro corre abundante para favorecer os herdeiros de Felgueiras, e espesinhar os direitos de uma viuva e seus filhos.

Esses direitos são só da quarta parte, e não de 50 por cento. É inexacto que a certidão a que se referiu o digno par seja falsa: ella está junta a um processo findo no ministerio da guerra ha muitos annos, e por um major do exercito que ha muitos annos morreu.

Tirar a força a essa certidão; influir no processo civil pendente; ganhar mais essa quarta parte da herança é todo o fim dos negociadores que contestam o direito da viuva e seus filhos.

Esse major do exercito, pae dos menores, fallecido ha muitos annos, não se faz passar por irmão dos herdeiros que os seus negociadores querem que sejam unicos, só porque aquelle se chamava Guimarães. É a identidade de nomes de paes e avós, que o juiz civil ha de apreciar.

Sente o orador que não esteja presente o sr. conde de Santa Maria, que muito bem sabe como foi descoberto nos archivos do commando em chefe esse documento, cuja falsidade se não for demonstrada leva á maior evidencia a injusticia, assim do processo de Felgueiras, como das illegaes perseguições que se tem praticado.

Mas tudo isto é estranho á questão; a questão é da infracção de um artigo da carta constitucional: da falsa e errada applicação das leis penaes e do processo ao caso, verdadeiro ou falso.

A lei applicavel ao trancamento de um livro ou subtracção de uma folha d'elle, manda punir o caso em rasão do prejuizo causado: ora esse prejuizo ainda não está demonstrado. Ha de demonstrar-se em outro processo pendente. Todo o procedimento pois, exagerando-se esse prejuizo, é intemptivo e illegal. Tem um fim abjecto, que todo o mundo comprehende.

Repete que abdicou n'este processo e suas dependencias as funções de juiz, e assistiu as de ponto mais elevado, como considera serem as funções de membro d'esta camara, para propor aqui um projecto tendente a regular as cousas no futuro, o qual apresentou; e note a camara, que fez isto depois de se ter declarado suspeito n'este negocio, e de ter annuciado que havia de interpellar o sr. ministro das justicias a tal respeito. Entendeu também que, antes d'ella ter logar, devia prevenir o juiz, como o fez pela sua carta particular que lhe escreveu, carta que foi movido a escrever-lhe em presença do quadro que tinha presenciado, e que tanto o tinha impressionado como já referia á camara. Não entende por tanto, que dadas as circumstancias que adduziu, e depois de já não ser juiz n'este processo, estivesse inhibido de fazer as ponderações que escreveu, que não passaram de conselhos que dava aquelle juiz, e que elle agradeceu em carta de 9 do corrente.

Este seu procedimento não o accusa de ter praticado uma acção que não seja conforme á sua consciencia, e aos bons principios.

O sr. Presidente:—declarou que se achavam inscriptos os srs. ministro da justiça, e o digno par visconde de Alges, mas não sabia se o digno par queria fallar sobre a ordem.

O sr. Visconde de Alges:—disse que pedira a palavra para fazer breves observações depois do que acabaria apresentando uma moção de ordem. Como porém o sr. ministro da justiça mostrava desejos de usar da palavra, reserva-se para fallar depois de s. ex.ª.

O sr. Presidente:—concedeu a palavra ao sr. ministro da justiça.

O sr. Ministro da justiça:—disse que pouco tinha que acrescentar ás explicações que já tivera a honra de dar á camara.

De passagem porém diria, que sente sempre muito que n'estes logares se dirijam accusações ou se façam censuras a quem aqui se não pôde defender; e tanto mais é para sentir quando essas accusações ou censuras podem ir ferir funcionarios de boa reputação, como aquelle de que se tem tratado, e do qual elle, orador, tem na sua repartição as melhores informações. Dada esta explicação, que entendeu do seu dever, passava a outros pontos.

contas ao governo de todas estas estipulações; e tanto mais que o governo é obrigado pela letra do contrato a vir dar todos os annos contas do uso que fez.

E a conclusão do discurso de s. ex.^a Depois de s. ex.^a haver demonstrado que o principio do concurso era violado, que havia uma desigualdade notavel entre as vantagens que fazia o concessionario e as que elle queria que o governo lhe fizesse, e que o caminho havia de ser um caminho imperfecto de segunda ou de terceira ordem, o que tinha a concluir seria, que não podia aceitar o contrato; mas não concluiu assim, concluiu dizendo que o acci-tava com as duas alterações, mas não com a terceira. Esta conclusão é de passar.

Espera em Deus que s. ex.^a virá a alargar ainda o seu voto, e a aprovar também a terceira alteração, depois de elle, orador, se ter esforcado por provar que havia igualdade entre as vantagens que se davam e se recebiam, o que faz com que cessem os motivos por que s. ex.^a rejeita esta alteração.

Todas estas razões, todas as vantagens que destas modificações provinham para o paiz e para a empresa, porque nenhum governo quer prejudicar nenhuma empresa de caminhos de ferro, que são negocios de alta importancia e de todo o peso, porque se prendem com a economia e com o desenvolvimento das condições de um paiz, todas estas razões e vantagens foram pesadas pelas commissões. Não foi um ministerialismo cego que levou as commissões a procederem como fizeram; ellas viram e pensaram todas as vantagens e inconvenientes, e assentaram em que a sua resolução era a mais util e vantajosa para o paiz.

O sr. 1.^o secretario Mamede (sobre a ordem):— Pedindo a palavra sobre a ordem não foi sua intenção aproveitar-se d'esta occasião para fazer um discurso, preterindo assim os seus collegas, que foram mais diligentes em se inscreverem em primeiro lugar. O seu fim é unicamente mandar para a mesa alguns apontamentos que traçou sobre o papel, e podem, a seu ver, esclarecer as duas questões mais importantes, que se têm suscitado neste debate; refere-se a questão dos perfis, e ao calculo da despesa que o concessionario deixa de fazer, adiando para mais tarde a execução dos movimentos de terra, indispensaveis para o assentamento da segunda via.

Para a questão dos perfis traçou uma figura geometrica, pela qual se demonstra que os dois n.^{os} 8.^o e 4.^o e 7.^o e 4.^o, que no contrato designam a largura do caminho de ferro para duas vias, nos atterros e nas excavações, estão pouco em harmonia um com o outro, de qualquer modo que a contagem se effo-

ctue, e por isso a camara não podia deixar de os corrigir convenientemente.

Relativamente á questão dos movimentos de terra, parece-lhe que demonstra de um modo convincente com quanta exageração foi aqui avaliada a despesa de terraplenamento que fica adiado para quando se assente a segunda via. Se estas exagerações partissem de outros srs. deputados, não seria grande a sua surpresa; mas do secretario do conselho de obras publicas, sempre esperou que apresentasse a sua demonstração.

Não rouba mais tempo á camara, manda para a mesa os papeis de que fallou, e espera que o sr. presidente os mande imprimir com urgencia.

N.º 1

Calculo da despesa dos movimentos de terra, cuja execução fica adia, em conformidade com as disposições da condição 6.^a, § 2.^o, do artigo 1.^o do projecto de lei n.º 43

IMPORTANCIA DA SUBVENÇÃO	LIBRAS	RÉIS
Da Ponte d'Asseca á fronteira de Hespanha 196 kilometros, a 4:500 £ cada kilometro....	882.000	
Da Ponte da Pedra ao Porto 218 kilometros, a 5:400 £ cada kilometro.....	1.177.200	
Somma.....	2.059.200	9.266.400\$000
Calcula-se a despesa total da construção e material no dobro da subvenção ou.....		18.532.800\$000
A despesa de terraplenagem (atterros e excavações) é calculada em $\frac{1}{6}$ da despesa total ou (n.º 2).....		2.974.767\$255
Formas os atterros e trincheiras para uma via só, será a despesa (n.º 3).....		2.124.833\$754
Importancia dos movimentos de terra, que ficam adiados para quando se assentará a segunda via.....		849.933\$501
Calculamos a importancia dos movimentos de terra para uma via só, servindo-nos da relação $\frac{21,09}{30,24}$ ou $\frac{10}{14}$, que deduzimos do projecto do caminho de ferro comprehendido entre a Torre da Vargem e Assumar.		
Se nos servissemos da relação $\frac{2}{3}$ em lugar da antecedente teriamos:		
Despesa com os atterros e excavações para uma só via.....		2.231.075\$441
Importancia dos movimentos de terra, que ficam adiados para quando se assentará a segunda via.....		743.691\$814

N.º 2

Despesa por kilometro

	EXTENSÃO	ORRAS D'ARTE COMPREHENSIVAS	ATERROS E EXCAVAÇÕES	DESPAESA TOTAL DE CONSTRUÇÃO E MATERIAL	RELAÇÃO APROXIMADA
	KILOMETROS	FRANCO	FRANCO	FRANCO	
Caminhos francezes					
Paris a Strasbourg.....	502	—	66.380	352.810	1 : 5
Paris a Orleans.....	133	—	67.110	460.380	1 : 7
Caminho do norte.....	708	22.247	(a) 44.493	353.380	1 : 7
Caminhos allemães					
Austria — Vienna a Gluggnitz, e Vienna a Bruk Hanover — Todas as linhas.....	125	25.060	39.920	307.330	1 : 8
Wurtemberg — Caminhos do estado.....	347	14.560	29.000	155.250	1 : 7
Bade — Todas as linhas.....	303	47.570	48.800	228.770	1 : 5
Prussia — Berlin a Stettin.....	284	19.460	42.790	241.470	1 : 6
Berlin, Potsdam, Magdebourg.....	134	7.950	22.680	118.590	1 : 5
Berlin, Potsdam, Magdebourg.....	147	42.330	20.400	282.650	1 : 14
Resultado médio (b).....	2:536		44:397	276:816	1 : 6,23

(a) No Perdonet, donde extrahimos este elemento, estava reunido o custo da terraplenagem com o das obras d'arte calculadas a dez eza das obras d'arte na terça parte da despesa reunida. O nosso fim era achar a relação entre a despesa da terraplenagem e a despesa total de construção e material.

(b) Excluímos do nosso calculo o caminho de ferro de Berlin, Potsdam, Magdebourg, que offerecia uma relação muito divergente.

N.º 3

Calculo da despesa relativa dos movimentos de terra para uma via, servindo-nos dos elementos do projecto do caminho de ferro desde a Torre da Vargem até Assumar

Extensão do traçado..... 54 kilometros
Alinhamento recto..... 40 "
Cota média da altura dos atterros e excavações..... 2.^a 40 "
A maxima chega a..... 14.^a

Nos atterros, a secção média perpendicular ao eixo do caminho, para duas vias, é representada (figura 1.^a) por um trapézio, cuja base superior AB = 9.^a; a base inferior CD = 16.^a 20; e a altura = 2.^a 40. Será a superficie da secção = 30.^a 24.

Construindo-se o atterro para uma via só, será a secção perpendicular ao eixo do caminho representada por um trapézio, cuja base superior AE = 5.^a 40; a base inferior CF = 12.^a 60; a altura a mesma = 2.^a 40. Será a superficie da secção = 21.^a 60.

Comparando esta superficie com a precedente teremos a relação $\frac{21,60}{30,24}$ ou $\frac{10}{14}$.

Nos desaterramentos, para duas vias, a secção média perpendicular ao eixo do caminho (figura 2.^a) é representada por um trapézio, cuja base inferior CD = 9.^a 90; a base superior AB = 14.^a 70; a altura = 2.^a 40. Será a superficie = 29.^a 52.

Construindo o desaterramento para uma via só será a secção representada por um trapézio, cuja base inferior CF = 6.^a 30; a base superior AE = 11.^a 10; a altura = 2.^a 40. Será a superficie = 20.^a 88.

Comparando esta superficie com a precedente teremos a relação $\frac{20,88}{29,52}$ proximoamente igual a $\frac{10}{14}$.

Se a cota média da altura dos atterros e excavações for maior, a relação achada na hypothese precedente também será maior.

Nos atterros, sendo a cota média 4.^a, será a relação indicada = $\frac{3}{4}$ proximoamente.

N.º 4

Observações sobre os perfis transversaes adoptados por D. José Salamanca

Se a largura do caminho do ferro se deve contar no plano que passa pelo nivel dos carris, entre as arestas dos taludes, que imaginarmos prolongados, esta largura nos atterros, para duas vias (figura 1.^a) TU = 7.^a 80, menor do que 8.^a 40 (artigo 7.^o do contrato).

Nos desaterramentos, contando-se a largura entre os taludes exteriores CA, DB (figura 2.^a), teremos PQ = 10.^a 70.

Se d'esta largura deduzirmos a dos fossos, teremos RS = 9.^a 30.

Se porém se entende, que a largura deve ser contada entre as arestas dos taludes interiores dos fossos LT, MU, os quaes taludes se imaginamos prolongados, teremos TU = 7.^a 70.

Em qualquer dos casos apparece a largura maior do que 7.^a 40 assignada no citado artigo do contrato para os desaterramentos.

Note-se ainda, que no perfil se avalia a entreeira em 1.^a 80; se a tomarmos de 2.^a, mais insufficiente achariamos a largura 7.^a 40, por mais favoravel que se adopte a interpretação do referido artigo.

O sr. Avila:—pede que estes apontamentos sejam impressos no *Diário de Lisboa*, para os srs. deputados os poderem ter presentes amanhã na discussão, e ao mesmo tempo que se imprimam em separado, para ficarem fazendo parte das colleções que todos fazem para o estudo d'este assumpto, e não pôde deixar de dar muitos louvores ao illustre deputado, pela facilidade de exame que proporciona aos seus collegas, o que merece todo o louvor (*apoiados*).

(Resolveu-se que fossem impressos no *Diário de Lisboa*, e ao mesmo tempo em separado).

O sr. Gomes de Castro:—declara que approva tanto o contrato definitivo, como as duas alterações que o governo adoptou. Approva o contrato, por entender que a subvenção é razoavel. E approva as alterações, não obstante estar persuadido de que a adopção d'ellas vai ferir o principio de não se acceptarem alterações, sobre tudo no intervallo que media entre a approvação das duas partes contratantes e a approvação do parlamento.

Esta discussão deve correr serena e com placidez, porque questões de tamanho alcance não são de partido, não são politicas, são do interesse do paiz, e o desejo de todos é accellar; mas não pôde deixar de extranhar que o illustre secretario das com-

missões, quizesse ver da parte do deputado que encetou o debate, espirito de partido e de facção, só pelo facto de querer combater as modificações apresentadas á camara.

Todos sabem que o contrato primitivo foi celebrado com tão boas condições, que apontando-se um ou outro ponto, não se apresentaram razões fortes, contra elle; e julgou-se tão bom, que a camara passada, que de certo não era affeccionada ao actual governo, estava disposta a approva-lo. Entretanto appareceram as modificações que hoje se apresentam, e foram causa da dissolução d'aquella camara. Assim é muita a responsabilidade do governo, porque não apresentou então as modificações, e porque, dissolvida a camara, veiu a acceptalas.

Com quanto a data do officio de D. José Salamanca seja de 15 de fevereiro, e a do projecto apresentado pelo governo do 13 do mesmo mez, e por isso pareça que as modificações apresentadas ao governo foram posteriores, no entanto tem seguros indícios também tirados d'estos documentos, que provam que as modificações foram apresentadas ao governo antes. Mas vae sujeitar o governo ás consequências de um dilemma.

Ou as modificações foram apresentadas antes, e o governo, não as inserindo no seu projecto, deu a entender manifestamente que receiava a má impressão que ellas haviam de fazer na camara, e que desconfiava muito da conveniencia que havia para o paiz de taes modificações, ou essas modificações foram apresentadas depois, e isto indica que o concessionario desde que viu que o governo tinha accedido áquelle pedido para alteração de tarifas, desde que viu tanta facilidade da parte do governo, quiz ver se também acceptava as outras, com a differença de que as outras não são accetaveis.

E não pôde deixar de dizer que em relação á questão das duas vias, ha da parte do governo um procedimento pouco regular. S. ex.^a o sr. ministro das obras publicas devia saber que a modificação 6.^a diz respeito a ter a empresa a faculdade de adiar a execução dos movimentos de terra para as duas vias, e sendo esta modificação importante, s. ex.^a não se devia ter apressado em mandar começar as obras para uma via, quando sabia que essa alteração devia ter grande discussão na camara e podia até não ser approvada.

A portaria dizia: «As dimensões dos perfis, segundo a linha encarnada, são admissiveis para uma só via; e sómente são autorisadas provisoriamente até á approvação do contracto pelas cortes».

O governo por tanto era responsavel por ter mandado começar estas obras sobre ponto tão controverso, como se vê que se vae tornando áquelle, de dispensar desde já o concessionario de fazer os movimentos de terra necessários para as duas vias, e havia de mais a mais o officio do sr. engenheiro Aguiar em que se dizia que «alem da estação da Ponte de Asseca, mandou o emprezario cortar o atterro que se tinha feito durante a administração do governo para duas vias, o reduziu a não servir senão para uma via; as terras que se tiraram d'estes côrtes foram empregadas em allear mais o atterro, que em virtude das chuvas tinha calado, e que segundo o novo projecto tinha de ser mais alteado».

É, pois, fôr de duvida que o governo consentiu que as obras começassem para uma via, quando a camara não tinha decidido, que os movimentos de terra que se fizessem desde já fossem para uma via, e não para duas como estava no contrato.

Estas modificações unicamente apresentadas á commissão não podem nem devem ser accetadas, e não podem ser accetadas porque, quando um governo que tem tanto a peito o concurso para as grandes empresas de viação, não pôde acceptar modificações que alterem a essencia do contracto, por que isso é fraudar a praça, e esta era a opinião do governo

quando pela primeira vez foram impostas, lembradas ou exigidas essas modificações. E para mostrar que esta era a opinião do governo, passou a ler um artigo do jornal a *Revolução de Setembro* de 26 novembro, jornal que reputa semi-official.

Essas modificações de que se falla no artigo do jornal alludido, deve supor que são as actuaes modificações; então dizia-se que o sr. Salamanca tinha proposto modificações, mas modificações que não se acceptaram porque o governo não queria illudir a praça, e queria um contracto serio. Quer dizer, hoje admitto-se as alterações vae-se offender a praça; e dizendo-se tambem no mesmo artigo que o governo recusára as modificações como convinha á honra do mesmo governo, seguia-se que o governo não pôde querer hoje as alterações, porque são um acto deshonroso para o mesmo governo, na opinião dos amigos do ministerio.

Declara que não sabe se o auctor do artigo modificou as suas opiniões; não traz este artigo para notar se as suas opiniões hoje são as mesmas de outro tempo; mas não sómente porque este documento serve para esclarecer os factos que precederam á dissolução da camara, e por que, autorisando-se com a opinião d'aquelles que defendem o governo dá mais força á sua opinião.

Ten-se querido argumentar, e até já quasi ouviu ameaçar de pôr no pelourinho aquelles que tinham defendido as modificações Petto; e com aquella lealdade com que entende que deve fallar no parlamento, declara que eram de certo onerosas as condições do contracto Petto, sobre tudo depois das modificações; mas ha tambem a attender a uma cousa, e é, ás circumstancias em que se apresentaram aquellas modificações, e a probabilidade que havia de fazer um contracto mais vantajoso. Todos sabem que ha mais uma differença entre esse contracto e as modificações ao contracto Salamanca.

O contracto Petto foi approved pela camara, e depois, pela crise monetaria que houve nos Estados Unidos, e que reflectiu em todas as praças da Europa, pela pouca influencia que então actuava nos capitais para estas empresas de caminhos de ferro, e o recio que todos tinham de uma guerra geral, ou de uma conflagração geral, que depois veiu a ter lugar, tudo isto fazia com que os que defendiam as modificações ao contracto Petto, attendessem ás probabilidades de se fazer um contracto melhor. Então era um contracto que tinha sido approved pela camara, e que fazia com que o concessionario dissesse «que, ou se havia de rescindir o contracto, ou haviam de ser approvadas as modificações;» mas agora é apenas um contracto que foi apresentado á camara, e ao qual se trata de fazer modificações para accellar o contracto, como disse o concessionario, para tirar condições vantajosas para o estado, e torna-lo mais vantajoso para elle.

Tambem declara com a mesma lealdade, que defendeu as modificações do contracto Petto, e que disse, que com quanto reputasse onerosas para o estado essas condições, reputava tambem o caminho de ferro como uma necessidade tão instante a preencher para o seu paiz, que ainda quando se apresentassem modificações mais onerosas as approvava. Mas as circumstancias eram diferentes: hoje quando tinhamos o contracto pela nossa parte, quando temos a letra do contracto clarissima, não se deviam ir acceptar modificações que são muito prejudiciaes e onerosas para o paiz.

É sabido que os cavalheiros que estão sentados no governo, são aquelles que mais pugnam pelo concurso, e apparecendo modificações que alteram a essencia do contracto, qual a razão porque o governo ou o concessionario podem ter medo de abrir de novo a praça?

Passaria a tratar de algumas alterações propostas ao contracto, e fallaria em primeiro lugar da que dispensa o concessionario de fazer desde já os movimentos de terra para a segunda via, como era obrigado pelas condições do contracto. Tem ouvido fazer varios calculos sobre a importancia da obra que o concessionario é dispensado de fazer desde já, e ao sr. Lobo d'Avila ouviu dizer que andaria por 2.000.000\$000 réis; e todos sabem que a opinião d'este illustre deputado tem muito peso pela sua competencia na materia; mas, para fazer o seu argumento mais accetavel, quer que sejam de 800 a 1.000.000\$000 réis. E estamos nós nas circumstancias, tendo o contracto pela nossa parte, de ir dar ao concessionario de 800 a 1.000.000\$000 réis?

(Uma voz:—ninguém lh'os dá.)
Mas quaes são as compensações que a commissão entende attenuar este novo onus? É o mais prompto acabamento da obra. Considera como deve um caminho como instrumento de trabalho e de riqueza; mas qual a garantia de que as duas linhas não de estar acabadas dentro dos prazos que se marcam nas modificações que se discutem?

Quanto á feitura dos caminhos dentro dos prazos prometidos, o argumento da falta de braços tem mais força do que parecerá. O paiz não tem os braços necessários para que as obras se acabem dentro d'esses prazos. Podem vir de fóra, mas já temos feito d'essas tentativas, e os braços não têm vindo, já vieram alguns das ilhas, e não se conservaram cá. Mas se o paiz não tem braços, se os braços se fossem tirar á agricultura para os caminhos de ferro, o clamor dos agricultores seria tal que o sr. ministro se veria obrigado a dispensar da parte do concessionario a compensação que elle offerece, e a dizer-lhe que sustasse nas obras, porque não queria comprometter a primeira industria do paiz.

Ha muitos modos de illudir esta promessa, ha mesmo até contractos em que se resalvam as demoras que possa haver na approvação dos projectos, como elle parece que se dá no contracto da companhia das aguas; e uma demora qualquer nas estações competentes, se for de dez, o concessionario considera-a como de cem, e o ministro vê-se obrigado a usar da equidade.

Se o concessionario andasse de boa fé n'este negocio, se elle não tratasse sobre tudo de *adular*, melhorando o seu contracto, havia um meio termo muito razoavel: o concessionario dizia: «não ha necessidade de fazer desde já estes movimentos de terra para a segunda via, porque a concorrência não ha de ao principio ser muito grande; não gaste o estado tanto dinheiro; não me obrigo a fazer esses movimentos de terra; desconte-me o estado na subvenção aquillo em que puder importar essa obra.» Isto é que lhe parece que era procedimento regular da parte do concessionario.

Pede ao sr. ministro que lhe diga se ha alguma idéa de mudar a directriz. S. ex.^a, cujos conhecimentos economicos respeita muito, e que sabe a maneira por que lá fóra se tem feito os caminhos de ferro, ha de ter observado que quando se trata de fazer um caminho de ferro, não se attende só aos pontos extremos, attende-se tambem aos pontos intermedios: isto é, para que o caminho se não torne oneroso para o estado, deve-se procurar que elle vá por uma certa zona do paiz que tenha condições economicas, que esse mesmo caminho, como instrumento de riqueza, possa desenvolver. É por conseguinte preciso que a parte do paiz por onde elle passe seja a mais povoadada, e parece-lhe que devia-lo da directriz que tinha por Thomar para o levar por Leiria, não só é faze-lo passar por uma parte do paiz mais isolada e menos povoadada, mas vae o caminho passar por onde até certo ponto pôde ser dispensado, porque Leiria já tem uma boa estrada ordinaria, em quanto que Thomar não tem estrada nem boa nem má. Por isso deseja que o sr. ministro lhe diga se ha alguma tentativa da parte do con-

cessionario ou dos engenheiros para alterar a directriz actual.

É uma cousa de absoluta necessidade que os srs. ministros tomem o seu lugar em relação aos concessionarios das obras publicas. Vê infelizmente que os ministros em Portugal tomam uma posição muito secundaria, que vem o concessionario fazer-lhe exigencias, o governo hesita, dissolve a camara para tomar alguma coragem, e que por fim accede e consente n'essas mesmas exigencias. Por este modo os caminhos de ferro saem muito caros. Quando tem fallado na camara sobre caminhos de ferro, tem sido sempre a opinião de que é melhor para o estado fazer os caminhos de ferro por arrematação, porque tem menos confiança n'elles feitos por conta do estado; mas declara desde já que se os srs. ministros continuarem a consentir em tudo quanto os concessionarios lhe pegam, então prefere que sejam feitos por conta do estado, porque tanto vale a construção dos caminhos de ferro por conta do estado com uma peor fiscalização, como ceder aos concessionarios o que elles pedirem; até mesmo n'este ultimo caso o mal é maior.

Disse-se: «Quer-se fazer d'isto uma questão politica.» Entende que ninguém a quer fazer, porque quando se tratou do contracto primitivo o governo convidou a camara toda a uma reunião, a que foi opposição a maioria. Tambem lá foi, e lá esteve o sr. Avila, que apresentou como chefe da opposição as suas opiniões a respeito do caminho de ferro, e no dia seguinte apparecia em um jornal do governo: «Houve uma grande reunião; todos entenderam que o contracto se devia approvar; o sr. Avila fallou, foi applaudido por toda a assemblea, e deu a sua aquiescencia ao caminho de ferro.» Portanto a quem não approva agora as modificações não se pôde dizer que considera politica a questão; é porque approvava o contracto primitivo mas não pôde approvar as modificações. Quem tem feito politica a questão é o governo, não é a opposição; porque se o governo, vendo que tinha pelo seu lado a letra do contracto, se tivesse opposido ás exigencias do concessionario, não vinha apresentar estas modificações aqui, tinha-as apresentado logo na camara passada; mas veiu apresenta-las a esta camara, porque quer que ellas passem; e a razão é muito simples, é porque todos sabem que a approvação de um contracto de caminho de ferro é uma cousa importante que dá longa vida ao governo, e portanto o governo quer que o contracto passe, ainda mesmo que com essas modificações fique lesivo para o estado. Portanto quem approva o contracto primitivo e não apoia as modificações, não mostra espirito de facção (*apoiados*).

Custa a crer que um governo vá acceptar estas modificações, quando o proprio concessionario diz que ha de cumprir o contracto, caso a camara não esteja por ellas. Diz o concessionario: «creio que v. ex.^a encontrará razoavel, e prestará o seu apoio a este alvitre, que se dirige unicamente a aclarar o recto sentido do convenio. Porém se, contra as minhas esperanças, assim não fosse, cumprirei todos os meus compromissos, e usarei dos meus direitos, sob a salva guarda da justiça e da rectidão do governo portuguez.» Dir-se-ha: elle cumpre o contracto, mas cumpre o contracto sob a salva guarda da justiça e rectidão do governo portuguez. Em quanto á rectidão do governo portuguez, tem a dizer que ella é fazer cumprir o contracto, e portanto estas expressões devem ser interpretadas pelo governo de uma maneira muito differente do sentido que lhe dá o concessionario. Em quanto á salva guarda e justiça, está convencido de que não haverá tribunal nacional ou estrangeiro, ou arbitragem alguma, que não seja de voto, que o governo não deve obrigar o concessionario a cumprir as estipulações a que se comprometteru.

Disse o sr. ministro do reino, quando se tratou da resposta ao discurso da coroa: hoje as questões politicas acabaram desde o momento em que passou o acto adicional; as questões que hoje nos occupam são as questões de caminhos de ferro, são a viação publica, são as pantas, são todos os melhoramentos materiaes.

Está muito de accordo com o illustre ministro, são estas as suas idéas, e se n'isto ha escola preta a ella; mas não queiramos com estas palavras lançar peiora aos olhos, quando todos sabem que se fizeram grandes despesas por causa do nosso caminho de ferro de leste; quando todos sabem que esses 68 kilometros já feitos, contando mesmo com a construção por conta do estado, importaram em 4.000.000\$000 réis. Custa-lhe quando pensa n'esta immensa verba que se gastou com esses trabalhos. Mas se este immenso desperdicio tem na sua opinião uma justificação, quando se muda do politica, quando se quer inaugurar uma politica nova, quando se quer incarnar no espirito publico a oportunidade, a conveniencia de fazermos estradas e tratarmos dos nossos melhoramentos materiaes, entende que esse tempo passou, porque os effeitos d'aquella politica foram produzidos, e não ha hoje ninguém que não queira melhoramentos materiaes; agora a epocha é de circumspecção; é de attender aos recursos do paiz; e portanto não pôde approvar as modificações.

O sr. ministro das obras publicas diz no relatório da sua proposta de lei sobre o contracto: «Em 16 de março ultimo o estado dos nossos caminhos de ferro era o seguinte: na linha de leste 68 kilometros construídos eram o resultado de grandes sacrificios pecuniarios, preço da iniciativa e do tirocinio n'estes difficéis melhoramentos.» S. ex.^a fez, como elle, orador, faz, completa justiça ao sr. ministro do reino; não sabe se em todos os tempos lá fez assim, mas é certo que disse a verdade no relatório; esta sua opinião é tambem a d'elle, orador, e é exactissima.

Entende que se devem ponderar muito as modificações, e sobretudo a 6.^a, sobre movimentos de terra; e que acceder o governo a ellas, quando tinha o contracto por si, é um capricho; e um capricho que pôde custar 1.000.000\$000 réis ou mais ao paiz, parece-lhe muito caro.

Pelas razões expostas vota contra as modificações apresentadas.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—folga de que o illustre deputado que o precedeu collocasse a questão no terreno em que a collocou, e posto que tenha de combater todos os seus argumentos com razões, com factos e com documentos, não deve deixar de prestar homenagem á maneira digna e leal com que elle se houve n'esta questão, da qual devem ser arredadas as paixões politicas e as violencias de linguagem, que nada aproveitam para a questão importante que se trata.

Ha seis mezes assignou-se o contracto que está submettido ao juizo da camara. Ha dois mezes começaram-se as obras. Mais de tres mil operarios estão a estas horas trabalhando na continuação do caminho de ferro junto de Santarem, e nos campos do Alentejo. Estão feitas as expropriações e ajustadas as empreitadas para os movimentos de terra num trato de terreno quasi igual ao numero de kilometros que estão construídos desde Lisboa até á ponte da Asseca, o que nos custaram 4.000.000\$000 réis, e levaram a fazer cinco annos. Estão apresentadas ao governo, e foram submettidas ao conselho das obras publicas os projectos definitivos sobre as duas secções da ponte de Asseca a Santarem, e da Torre da Vargem a Assumar, no Alentejo. Estão promptos, e vão ser submettidos ao mesmo conselho, os projectos definitivos sobre quasi todas as outras secções que restam do caminho de

leste. Andam duas esquadras de engenheiros no caminho de ferro do norte, uma fazendo os projectos da ultima secção do Porto, e outra estudando a melhor directriz para ligar o valle do Tejo com o valle do Mondego.

Estão se começando os fundamentos da ponte de Asseca, cujo projecto já foi approved pelo conselho das obras publicas; ponte do ferro que se está fazendo a estas horas nas officinas de Inglaterra. Portanto muitos centenares de contos de réis estão já empregados em expropriações, em material, em empreitadas; não fallando nas 60.000 libras que estão em deposito no banco de Portugal á ordem do governo, não fallando nas perdas consideraveis que deve ter soffrido a companhia pela administração e exploração do caminho de ferro de leste, de que está de posse ha perto de cinco mezes; exploração e administração que custava ao estado réis 32.000\$000 por mez, durante os ultimos tempos do ministerio passado, quando já não havia obras, e que ainda durante o tempo do actual ministerio custavam ao estado 20.000\$000 réis por mez, não contando o producto da exploração.

Eis-aqui o resultado das leviandades do governo, da maneira como tem andado n'esta questão, das suas reconsiderações, da maneira como fallou as commissões, dos apontamentos que fez a lapis perante essas commissões! Aqui está o resultado de como o governo tem procedido em toda esta questão (*apoiados*).

Antes de contar os factos com a verdade, sinceridade e lealdade de que se présa, antes de demonstrar sucintamente que são inexactos os calculos, e os argumentos que têm sido apresentados, não pôde deixar de começar desde já por desmentir algumas inexactidões flagrantes, que foram apresentadas, e que não diz que o foram para illudir a camara, porquanto faz justiça a todos, e não entra nas intenções de ninguém, mas persuade-se de que estava illudido quem as apresentou.

Para provar que o projecto devia ser rejeitado, e para lançar defavore sobre o concessionario com quem o governo contrahou, disse-se que elle o que queria era começar a fazer os trabalhos nas secções mais facies, e que não queria fazer nenhuma obra importante, para embolsar a sua caução, e depois retirar-se. Basta ler o contracto para ver que isto não é possível; mas o facto é completamente inexacto (*apoiados*).

A primeira obra, cujo projecto o concessionario submetteu á approvação do governo, foi a secção da Ponte de Asseca a Santarem; secção que tem a ponte, obra importantissima, em que se está trabalhando; secção que tem de atravessar a ribeira de Santarem para a margem do Tejo, o que pelos engenheiros é considerado como obra importante; secção em que tem de se fazer valiosas expropriações, estando já expropriadas setenta e duas casas; e não ha de ser esta secção lucrativa para o concessionario (*apoiados*). A outra secção em que elle está trabalhando, é a mais difficil do Alentejo: atravessa as alturas que são a divorsoria dos valles do Tejo e do Guadiana. Se o illustre deputado tivesse examinado com attenção um documento que assignou, teria visto que as obras ali são importantissimas, e que essa secção é de certo a mais difficil; basta ler a primeira pagina do parecer da consulta do conselho das obras publicas para se ver a importancia dos trabalhos n'esta secção. Nos movimentos de terra d'esta secção ha, alem de outros de grande importancia, uma trincheira de 800 metros de comprimento e 27 de altura, termo medio; e alem d'este movimento de terra importante, ha um atterro de 2.500 metros de comprimento com a altura de 8; e um desaterramento de 1.400 metros de comprimento, cuja altura é de 11 metros; ha pontes, uma d'ellas de 8 metros de comprimento; muitos pontões; e 80 obras de arte de menores dimensões.

Um dos pontos mais facies d'esta linha é uma parte da secção que vae desde Santarem até ao Tejo, pois é esse exactamente o ponto em que os trabalhos estão mais atrasados. De maneira que o concessionario começou pelo mais difficil, e deixou para depois o mais facil. Aqui está como o concessionario quer illudir o governo, ainda mesmo que isso fosse possível, á vista dos artigos rigorosos do contracto.

Disse-se que, pela maneira como ia construido o caminho, elle era de terceira ordem, e que poderia, quando muito, custar 30.000\$

nario estão fazendo o caminho de ferro mais acidental do que o próprio terreno. É impossível que os engenheiros estejam fazendo por divertimento, e que o concessionário o consinta, um caminho mais caro do que deve ser, e tanto mais quando, no entender do illustre deputado, o concessionário o que quer é fazer o barato e na parte mais fácil, para depois retirar o depósito, e continuar o caminho só com a subvenção.

Antes de descer mais minuciosamente a cada argumento que tem sido apresentado, pede-lhe seja permitido fazer uma exposição sucinta e clara de tudo quanto tem acontecido, e dos factos que se têm dado a respeito d'esta negociação e questão do caminho de ferro de que se trata; e para isto é impossível partir do ponto mais próximo, porque os factos prendem de tal maneira, que não tem outro remédio senão transportar-se á época de 1857, em que se fez o primeiro contrato, e remonta a essa época para que a exposição fique completa, e não para fazer recriminações.

Em abril de 1857 foi presente á camera um contrato celebrado pelo governo com sir Morton Peto para a construção do caminho de ferro de leste e Porto com a subvenção de 5:500 libras, isto é, réis 24:000:000 por kilometro, comprando a parte feita do caminho de ferro de leste, no equivalente de 50 kilometros de caminho completo, a razão de 11:000 libras o kilometro, e os ministros d'essa época não declararam que o caminho do norte ficava na margem esquerda do Douro, o caminho era até á cidade do Porto. A camera julgou bom este contrato, julgou-o conveniente aos interesses do paiz; votou por elle quasi unanimemente, opposição e maioria votaram (apoiados); não houve questão politica; a opposição, sendo patriótica não fez politica n'esta questão de interesses materiaes do paiz (apoiados).

Passado tempo o governo, em virtude da lei que o autorisou, tratou de fazer, como fez, o contrato definitivo, no qual deixou de fôr a parte sobre o Douro, obra que de certo não se fazia com menos de 800 a 900:000:000 réis. A opposição n'essa época aceitou esta modificação sem apreciar se tal modificação era uma infracção de lei. Enfim a opposição entendeu que o contrato era tão vantajoso para o paiz que, apesar d'aquella modificação, approvou o contrato definitivo. Por consequencia a opposição aceitou esta modificação de importancia maior que todas aquellas que se propõem agora.

Passado tempo, veio o governo d'então dizer á camera com toda a sinceridade, que o concessionário não podia formar a companhia sem se modificar parte do contrato, especialmente no artigo respectivo á remissão; foi a proposta á commissão, que examinou o negocio, deu o seu parecer, que assignou igualmente como membro da commissão, approvando a modificação pedida pelo concessionário e proposta pelo governo. Este parecer, e portanto a modificação, foi approvado pela opposição; vê-se de tudo isto, que a opposição d'então approvou as modificações, até onde julgou que eram justas, e deixou de as apprová-las, quando eram excessivas; e acredita que se os illustres deputados rejeitaram as modificações ultimamente propostas a este contrato, é porque julgaram que são perniciosas; a opposição pois não fez, como aqui se disse n'uma das sessões passadas, não fez guerra politica ás modificações então propostas (apoiados); pelo contrario, approvou as modificações que lhe pareceram rasoaveis, rejeitou só as que foram apresentadas ultimamente pelo ministerio transacto, porque entendeu que traziam para o paiz onus extraordinários, sobre tudo em relação ao caminho do Porto, que, como todos sabem, nos primeiros dez annos não podia dar senão um rendimento muito insignificante, e o paiz ficava onerado com uma somma dobrada d'aquella que estava estabelecida nas condições do contrato. A opposição não votou contra essas modificações; quem votou contra ellas foi a maioria (apoiados); a opposição não fez questão politica; a opposição votou sempre a favor das modificações propostas, em quanto a maioria votou a favor; e quando chegaram modificações que a maioria não pôde apprová-las, a opposição não as approvou tambem (apoiados).

E n'este momento precisa de fazer uma justa reparação, ou antes rectificar algumas expressões que

por aquella occasião dissera na camera, e a que já hoje alludi o sr. Gomes de Castro. Hoje, os documentos que tem presentes, provam-lhe que estava illudido a respeito da interpretação de certo facto. Na verdade, um concessionário que, depois de dois annos, não tendo cumprido o seu contrato, vinha propor modificações que até certo ponto provocaram a indignação dos que desejavam caminhos de ferro no paiz, não merecia que d'elle se fôrmasse uma opinião muito favoravel; mas hoje tem a sua opinião modificada, porque aquelle respeitavel cavalheiro, o sr. Peto, não propoz essas modificações, indicaram-lhe que as propozesse. (Vozes: ouçam, ouçam.)

O sr. Avila:—peço a palavra, para um requerimento antes de fechar a sessão, para um negocio urgente.

O orador:—repete; essas modificações não foram propostas por esse cavalheiro, foram-lhe indicadas, e foram depois propostas na camera e rejeitadas.

O governo actual, logo que entrou na gerencia dos negocios publicos, tratou, como uma das questões mais vitais para o paiz, da construção da linha ferrea de que se trata, e de outras, e tratou de ver como era possível dar andamento a um negocio de tanto interesse para o paiz.

A situação era a mais deploravel: a Europa financeira estava n'uma crise de que não havia memoria; em muitos paizes os seus fundos publicos desceram quasi todos 10 por cento, e n'estas circumstancias era impossível poder formar-se uma companhia que se encarregasse da construção do caminho de ferro.

O governo tratou de ver qual era o systema que teria de adoptar ou preferir, porque a sua primeira condição de existencia era fazer o caminho de ferro para dotar o paiz com as vantagens d'ahi resultantes. Tinha diversos systemas a ensaiar até conseguir o que fosse mais conveniente: tratou, pois, de ver se formava a companhia com subvenção, ou garantia de juro. Havia de fazer concurso para isso, e se este não produzisse effeito, ir ao systema da empreitada, e em ultimo caso fazer o caminho de ferro por conta do estado. Não sendo possível n'aquella occasião formar companhia que tomasse a seu cargo fazer o caminho de ferro, resolveu seguir o systema de empreitadas, em quanto á secção até Thomar; chegou a formar um projecto que mandou ao conselho de obras publicas, mas n'essa occasião o governo recebeu por parte de D. José Salamaça uma proposta para fazer o caminho de ferro de leste, e só o caminho de ferro de leste, pelo systema de subvenção, como se estão fazendo na Hespanha os caminhos de ferro, e onde ha já 1:000 kilometros de caminho de ferro, feitos pelo systema de subvenção, e tem em construção pelo mesmo systema perto de 2:000 kilometros. A Hespanha tem n'estes ultimos tempos progredido mais em caminhos de ferro, do que nenhum outro paiz, que tivesse começado a fazê-los no mesmo tempo.

O governo tendo pois recebido de D. José Salamaça uma proposta para fazer o caminho de ferro de leste pelo systema de subvenção e sem concurso, mas por adjudicação directa, o governo fez uma contra proposta, dizendo, que estabelecia o concurso como condição essencial, e que desejava contratar ao mesmo tempo a construção da linha do norte com as mesmas condições; porque o governo entendeu, que era inconveniente contratar uma linha sem a outra (apoiados). E por esta occasião deve rectificar um facto que a imprensa d'essa época apresentou, dizendo, que o governo queria dar a construção das duas linhas a D. José Salamaça sem concurso, e que a elle (ministro) é que se devia ter-se feito o concurso. É exactamente o contrario, por que ainda que fôr elle, o governo não teve de tomar uma resolução a esse respeito, porque o concessionário aceitou o concurso, se assim não fôr, seria o primeiro a aceitar sem concurso este contrato, pelas vantagens que elle offerecia. E se contratasse assim directamente, bem sabe que lhe seria isso desagradavel pelas interpretações desviadas que se dariam a esta resolução do governo; mas tambem sabe que em cousas d'esta ordem, a primeira necessidade dos ministros é desempenhar a sua obrigação (apoiados). O governo, devia ter coragem para fazer face a quaesquer recrimina-

ções que se apresentassem, e arrostando com ellas fazer um grande serviço ao paiz, celebrando um contrato cujas vantagens não fossem duvidosas. Mas felizmente não foi preciso fazer esse grande sacrificio, porque o concessionário aceitou o concurso para as duas linhas leste e norte, e o governo fez um contrato por meio do concurso com garantias e condições tão rasoaveis, e tão uteis para o paiz como nunca se apresentou nenhum (apoiados).

O governo formulou um projecto de contrato, mandou-o ao conselho de obras publicas, e é preciso rectificar um facto que, por inadvertencia foi apresentado pelo sr. Lobo d'Avila, quando disse, que o governo mandara ao conselho de obras publicas o contrato depois de feito. Provavelmente isto é um equívoco do illustre deputado; por que o governo mandou um projecto, e não o contrato, e tanto que o governo aproveitando algumas das considerações rasoaveis que o conselho indicou, as introduziu depois no contrato; e apenas não accedeu aos desejos do conselho de obras publicas, em quanto queria que se impozesse como condição essencial a formação da companhia; era uma questão economica, mas nas questões de arte attendeu ás considerações feitas pelo conselho. E deve declarar tambem, que tem presentes documentos que provam que nós hoje não temos o caminho de ferro do norte, feito por causa d'esta condição da formação da companhia; por que disse sr. M. Peto que accedeu esta condição com muita repugnancia; e se não estivesse esta condição no seu contrato elle poderia ter feito o caminho do norte.

E já que se fallou no conselho de obras publicas, não pôde n'esta occasião deixar passar sem reparo algumas expressões que se lançaram na camera contra o conselho. Este conselho é composto de homens muito respeitaveis, e que estão prestando valiosos serviços ao estado; e não se deve fallar do conselho, porque elle consulta, mas a responsabilidade é toda do ministro e só do ministro (apoiados). O governo pôde não aceitar as consultas ou opiniões do conselho, a responsabilidade é sua e só sua (apoiados).

Adjudicou-se o contrato a D. José Salamaça, porque não appareceu outro concorrente. Abriu-se a camera em novembro do anno proximo passado, e o governo desejou que este negocio fosse tratado com urgencia; foi apresentado na camera e remetido ás commissões, e quando o respectivo projecto estava a tratar-se nas commissões, suscitou-se entre o governo e o empresario uma duvida acerca da interpretação de um artigo muito importante do contrato, que diz respeito ás larguras. Ao mesmo tempo o governo recebeu da parte de alguns capitalistas francezes communicação de que estavam dispostos, como estão, a entrar na companhia, mas que não podiam entrar na companhia sem a alteração de certos artigos do contrato. Não foi exigencia do concessionário. Este disse sempre cumprirei o meu contrato, mas sem estas alterações, pedidas pelos capitalistas que estão prontos a formar a companhia, não posso forma-la; tratarei de cumprir o meu contrato sem ella, e hei de tratar da companhia mais tarde; mas se a não poder arranjar não posso deixar de me sujeitar ás condições do meu contrato. Eis o que sempre disse o concessionário. Esta questão era importante, e não era uma questão de conflito que se suscitasse entre o empresario e o governo, era uma questão que o governo não podia resolver sem ouvir os homens technicos, e foi este o motivo porque adiou a sessão das commissões, porque o governo entendeu que andaria com toda a prudencia, não querendo deixar passar e correr um contrato com condições que dessem depois logar a conflitos.

O governo consultou o corpo technico, o conselho de obras publicas, sobre a questão das larguras; o conselho deu a sua opinião dando a interpretação mais favoravel ao governo, por consequencia contra as pretensões do concessionário. Nota que quanto esta questão não fosse para tratar na camera, contido propunha-se a fazer acerca d'ella breves reflexões. Porém tendo dado a hora, fica com a palavra reservada.

O sr. Avila:—requer que o documento a que o sr. ministro se referiu pelo qual diz que se mostra que as alterações ultimamente apresentadas ao con-

trato Peto, não foram por este propostas, mas sim lhe foram indicadas, e como d'aqui se pôde inferir que provém alguma responsabilidade ao ministerio de que fez parte, pede que seja impresso no *Diario de Lisboa*, assim como o documento a que s. ex.^a alludi a respeito do caminho de ferro do Alentejo.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—declara que nenhum inconveniente ha em que os alludidos documentos sejam impressos, acrescentando que no que disse só teve em vista mostrar que foi este um meio que se julgou mais oportuno para se fazer o caminho de ferro.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e levanta a sessão.—Eram quatro horas da tarde.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 16 do corrente e de Paris até 12.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guerra o seguinte despacho telegraphico:

Acampamento de Tetuán, 15 de março.—O comandante em chefe do exercito ao ministro da guerra.—Apesar do tempo continuar mau, começou já o desembarque dos objectos que estão a bordo dos navios.

Não occorre novidade. O general Kaid-Eliaz, que fôr mandado de Fez expressamente para tomar o commando das tropas marroquinas, que entraram em fogo na acção do dia 11, foi ferido por uma bala, e morreu logo depois.

Além d'este despacho, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*: Berlin, 13 de março.—A *Nova Gazeta da Prussia*, e alguns outros jornaes allemães, dizem que o principe de Hesse, tenente general ao serviço da Austria, é esperado em Berlin, de passagem para S. Petersburgo. Acha-se assim confirmada a noticia dada pelo jornal inglez *Morning-Chronicle*.

Londres, 13.—O *Times* diz que a attitudem passiva da Austria, Prussia e Russia prova que a Inglaterra ficará só em campo, contra a annexação da Saboia á França. Neste caso, e a não se quer commetter uma loucura, acrescente o jornal citado, não devemos pensar em nos bater com um exercito regular que não é mais numeroso do que o contingente de Wurtemberg.

Paris, 13.—Lord Elgin poz-se completamente de accordo com o governo francez, acerca dos assumptos da China.

Turin, 14.—Eis os resultados parciais das votações da Italia central: Parma, 62:121 votos a favor da annexação, e 164 a favor de um reino independente; Bolonha, 74:787 votos a favor da annexação, e 70 a favor de um reino separado; Toscana, 101:386 a favor da annexação, e 2:809 a favor de um reino independente.

Londres, 14.—Lord John Russell, depois de uma acalorada discussão que houve na camera dos communs, relativamente á annexação da Saboia, prometteu apresentar á camera novos documentos relativos a este assumpto.

Paris, 14.—O prefeito de Argel suspendeu illimitadamente a publicação do jornal *Nouvelle Algérie*, por provocar a agitação na colonia.

Turin, 14.—A gazeta official toscana publica a lei de recrutamento, e chama ás armas 5:000 homens. Foi tambem publicado um decreto que convoca a assembleia para o dia 20 do corrente.

Marsella, 14.—O exercito pontificio consta de 20:000 homens.

Em Pesaro, e nas Marcas, continuam sem interrupção as deserções.

No dia 6 chegou a Napoles a esquadra ingleza; parte d'ella acha-se actualmente n'aquelle porto, e outra parte foi para Castellamare. Este acontecimento produziu em Napoles muita sensação.

Continuam as prisões. A tropa frequentemente

está em armas, as patrulhas são em maior numero, e nota-se grande actividade nos arsenaes. Está-se organisando uma columna mobilizada, que reforçará a commandada pelo rei em pessoa.

Vienna, 14.—A *Gazeta do Danubio* diz, que o suffragio universal é apenas a facilidade concedida ao povo de fazer tudo quanto o partido dominante lhe impõe, valendo-se de todos os meios de pressão. Não ha garantia para o porvir e segurança da Europa, por quanto o suffragio universal é uma espadua de dois gumes, e a republica pôde um dia apoderar-se d'ella para a empunhar.

Londres, 14.—A noite, na camera dos communs, sir Whitessed accusou o governo de ter sacrificado a independencia da Suissa (sabendo que o imperador Napoleão meditava a annexação da Saboia), sem ao menos dar passo algum para evitar este acontecimento. O orador acrescentou, que o governo inglez era responsavel pela situação complicada em que hoje se acha a politica europea.

Lord Cochrane impugnou o principio de que os povos devem ser chamados a eleger os seus monarchas, e disse que, uma vez que lord John Russell approva este principio, sendo applicado á Italia central, deve tambem polo em pratica nas ilhas Jônias.

Lord Palmerston crê que o imperador dos francezes desistirá da annexação á Saboia para não excitar a desconfiança das potencias da Europa.

O *Morning Post* dá noticia da proxima publicação de uma nova nota do governo francez, na qual serão detidamente explicados os motivos em que se funda a annexação da Saboia e Niza á França, provincias estas que serão brevemente consultadas.

O *Morning Chronicle* diz que, tendo o embaixador inglez em Vienna perguntado como a Austria encará a annexação da Saboia á França, o ministro austriaco respondeu, que essa annexação será encaráda pela Austria da mesma maneira que a Inglaterra encará a annexação da Lombardia ao Piemonte.

NOTICIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO IMPERIO DO PORTUGAL

NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	762,45	13,3	70,0
3 t.	760,61	13,9	45,4

DIA 17.

Maxima—temperatura.....	18,8 C.
Minima.....	8,1 "
Ozone (de noite).....	7,0
Chuva (de dia).....	4,5
Evaporação (vaporimetro).....	0,0 Mil.
Altura barométrica correcta.	5,8 "
Altitude do barometro 55,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	760,68	12,4	77,6
3 t.	759,17	19,0	47,8

DIA 18.

Maxima—temperatura.....	20,6 C.
Minima.....	8,3 "
Ozone (de noite).....	5,5
Chuva (de dia).....	5,0
Evaporação (vaporimetro).....	0,0 Mil.
Altura barométrica correcta.	6,0 "
Altitude do barometro 55,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTICIAS COMMERCIAES

Nota comparativa do commercio da Gran-Bretanha, com relação ao mez de dezembro ultimo, extrahida do resumo mensal publicado pelo governo d'este paiz

ARTIGOS	IMPORTAÇÃO						CONSUMMO DE ARTIGOS QUE PAGAM DIREITOS						EXPORTAÇÃO						EXISTENCIA EM DEPOSITO EM 31 DE DEZEMBRO DOS ARTIGOS QUE PAGAM DIREITOS
	NO MEZ DE DEZEMBRO			NOS ANNOS ACABADOS EM 31 DE DEZEMBRO			NO MEZ DE DEZEMBRO			NOS ANNOS ACABADOS EM 31 DE DEZEMBRO			NO MEZ DE DEZEMBRO			NOS ANNOS ACABADOS EM 31 DE DEZEMBRO			
	1837	1838	1839	1837	1838	1839	1837	1838	1839	1837	1838	1839	1837	1838	1839	1837	1838	1839	
Cacau..... libras	802:659	955:387	629:092	7.256:045	10.338:404	6.066:759	147:645	204:063	236:129	2.772:921	3.071:115	3.480:987	-	-	-	-	-	-	2.122:997
Café do Brazil..... "	967:321	322:545	1.053:372	6.747:630	3.145:954	4.675:700	51:346	10:386	12:038	581:109	333:438	128:585	-	-	-	-	-	-	-
» de outras partes..... "	6.023:168	7.995:022	4.816:561	52.145:096	57.551:311	60.677:329	2.697:103	2.580:833	2.780:974	33.394:576	35.004:673	34.364:362	-	-	-	-	-	-	24.003:988
Total..... "	6.990:489	8.317:567	5.869:933	58.892:726	60.697:265	65.353:029	2.748:449	2.591:219	2.793:012	34.515:685	35.338:111	34.492:347	-	-	-	-	-	-	-
Algodão do Brazil..... 112 libras	49:418	24:423	51:168	267:061	166:231	200:705	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	livre
» de outras partes..... "	958:164	1.159:861	1.839:042	8.897:572	9.068:967	10.745:626	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total..... "	987:582	1.184:284	1.890:210	8.654:633	9.235:198	10.946:331	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	livre
Couros secos..... "	70:202	65:640	50:312	322:858	282:226	250:296	-	-	livre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	livre
» molhados do Brazil..... "	15:979	10:512	14:732	108:941	59:652	65:114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
» de outras partes..... "	75:456	67:760	84:124	534:413	386:410	546:277	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total..... "	91:423	78:272	98:856	643:354	446:062	611:391	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Couros curtidos, menos os da Russia..... "	559:216	348:744	888:247	5.664:071	3.885:124	4.962:192	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Azeite de palma..... "	141:420	130:862	106:400	854:791	778:230	695:794	-	-	livre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	livre
» de oliveira..... 252 gallões	3:709	4:637	3:238	18:862	25:121	19:786	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laranjas e limões..... bushels	273:584	207:647	306:274	926:689	972:653	1.103:296	243:736	191:949	257:072	917:797	983:777	1.077:820	-	-	-	-	-	-	-
Assucar de 1. ^a qualidade (branco)..... 112 libras	13:764	36:008	21:124	101:875	175:894	188:703	4:872	5:957	14:753	71:118	102:771	172:473	-	-	-	-	-	-	89:127
» 2. ^a » (loiro) do Brazil..... "	6:000	8:447	12:924	56:205	80:519	102:441	2:470	4:065	6:571	50:357	49:887	99:944	-	-	-	-	-	-	-
» de outras partes..... "	476:948	506:547	360:442	3.497:093	4.078:790	5.564:447	270:552	252:213	220:649	3.216:681	3.888:266	3.708:314	-	-	-	-	-	-	-
Total..... "	481:948	513:994	373:366	3.558:238	4.154:309	5.666:888	273:022	256:278	227:220	3.267:038	3.988:153	3.808:258	-	-	-	-	-	-	510:684
» 3. ^a » (mascavado) do Brazil..... "	71:239	108:924	69:976	794:022	752:430	1.009:988	62:209	57:080	51:021	699:881	630:968	862:854	-	-	-	-	-	-	-
» de outras partes..... "	611:120	465:615	449:756	3.941:561	3.928:163	4.233:301	274:212	234:075	311:437	3.308:896	4.074:837	4.062:159	-	-	-	-	-	-	-
» de varias qualidades..... "	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
» de 3. ^a qualidade (mascavado) — total.....	682:359	574:539	510:732	4.735:583	4.680:593	5.243:289	336:511	291:155	362:458	4.008:777	4.705:805	4.925:013	-	-	-	-	-	-	1.273:388
Total.....	1.178:071	1.124:541	905:222	8.390:696	9.010:796	9.098:880	614:405	557:330	604:431	7.346:933	8.746:729	8.905:744	-	-	-	-	-	-	1.823:199
Vinho de Portugal..... gallões	353:506	116:383	298:402	2.964:033	1.326:409	1.797:888	123:105	140:577	142:945	2.394:386	1.921:677	2.017:338	-	-	-	-	-	-	3.695:329
» da Madeira..... "	10:303	8:959	4:290	69:456	57:266	47:958	1:749	2:391	1:573	35:505	33:145	29:555	-	-	-	-	-	-	6.026:684
» de outras partes..... "	894:477	673:841	978:775	7.393:356	4.407:761	6.350:180	309:083	354:210	376:272	4.701:651	4.742:202	5.316:062	-	-	-	-	-	-	9.712:013
Total.....	1.258:376	798:683	1.281:467	10.395:845	5.791:336	8.196:026	433:937	497:178	520:790	7.042:042	6.697:224	7.262:963	-	-	-	-	-	-	-
» total do tinto.....	514:966	237:048	517:830	4.400:130	1.981:310	2.817:313	173:086	202:503	206:438	3.178:868	2.731:506	2.972:192	-	-	-	-	-	-	-
» total de branco.....	743:410	561:635	769:637	5.996:715	3.810:326	5.378:713	269:851	294:675	314:352	3.863:174	3.965:718	4.290:773	-	-	-	-	-	-	437:898
» misturado em deposito.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sêbo da America do Sul..... 112 libras	12:681	9:813	1:523	134:158	98:874	184:557	7:987	6:339	1:788	133:648	96:321	186:886	-	-	-	-	-	-	-
» de outras partes..... "	213:566	315:610	142:619	1.076:189	1.136:915	889:779	87:266	124:220	104:836	951:910	1.128:860	849:614	-	-	-	-	-	-	-
Total.....	226:247	325:423	144:142	1.210:947	1.235:789	1.074:336	95:253	130:559	106:624	1.085:528	1.225:181	1.036:500	-	-	-	-	-	-	180:138
Fazendas de algodão, a saber: chitas, cambraias, musselines, fustões e pannos misturados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.797:226	2.717:405	3.541:885	48.812:321	56.237:370	43.678:296	-
Para Portugal, Açores e Madeira..... jardas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.655:344	13.943:411	8.587:280	181.782:207	124.922:834	108.437:536	-
Para o Brazil..... valor libras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8:695	11:182	4:473	102:618	92:202	57:055	-
Louça para o Brazil..... 112 libras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4:882	4:238	2:569	48:233	41:670	38:220	-
Ferragens e cutelaria para o Brazil..... jardas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	603:376	533:634	351:485	12.111:319	9.308:450	9.750:898	-
Fazendas de linho de todas as classes, e cambraias para o Brazil..... toneladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	311	347	429	4:719	3:687	4:509	-
Ferro fundido para o Brazil..... 112 libras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	535	142	577	7:102	6:518	8:868	-
Cobre e metal amarelo em folhas e pregos para o Brazil..... barris	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1:201	1:249	-	13:333	14:897	14:457	-
Cerveja para o Brazil..... libras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Númerario para Portugal e de Portugal.....	-	265	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
» para o Brazil.....	-	2:273	31:130	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
» para o Brazil.....	-	919	8:603	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
» para o Brazil.....	-	10:139	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 18 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Messenger, hiate portuguez, mestre J. A. da Costa, de Vianna em 2 dias, com milho; 9 pessoas de tripulação e 8 passageiros, que são: Romão Varella, José Fernandes, José Benito Terras, Antonio Alonso, Manoel Novas Novas, José Novas, Martinho Domingos, Manuel Pires Coelho, serventes; hespanhoes. Entrou e deu fundo hontem ás 8 horas da noite.

Lusitania, paquete portuguez a vapor, capitão J. X. Contente, do Porto em 14 horas, com fazendas, a G. A. Hancock & Comp.; 31 pessoas de tripulação, 1 mala e 134 passageiros.

Mersey, fragata ingleza, commandante o capitão H. Caldwell, de Plymouth em 5 dias; 600 praças de guarnição, e 40 pegos. Este navio é do sistema mixto, e tem de força 1.000 cavallos.

Conceição de Maria, bateira, mestre J. L. Coelho, do Setúbal em 2 dias, com carvão; 5 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

Galarim, hiate portuguez, mestre S. C. Gaspar, para a ilha de S. Miguel, com sal; 8 pessoas de tripulação.

Estrella de Odemira, hiate portuguez, mestre J. Soeiro, para Villa Nova de Milfontes, com encomendas; 7 pessoas de tripulação.

Oberon, patacho sueco, capitão J. O. Backan, para Ystad, com sal; 8 pessoas de tripulação.

Werwessling, galeota hollandeza, capitão A. V. Weyden, para Vlaardingen, com sal e fruta; 6 pessoas de tripulação.

Feliz Ventura, brigue portuguez, capitão F. A. da Silva, para o Pará, com sal, vinho e mais generos; 17 pessoas de tripulação e 9 passageiros, que são: Manuel de Almeida Costa Oliveira com 2 pessoas de familia, Joaquim Maria Nunes de Mello, João Luiz da Cunha, artistas; Antonio Elias, caixeiro; Luiz dos Reis Ferreira de Moraes, Antonio Gonçalves da Costa Faria, estudantes; Francisco Ribeiro, padreiro; portuguezes.

Estrella, barca portugueza, capitão J. B. Pamplona Junior, para o Rio de Janeiro com sal e vinho; 17 pessoas de tripulação e 1 passageiro, que é Alfredo Germano de Moraes, caixeiro; portuguez.

Maria, rasca, mestre J. S. Ribeiro, para a Figueira, com assucar, arroz e mais generos; 7 pessoas de tripulação.

Agoriano, paquete portuguez a vapor, capitão A. T. Machado, para as ilhas de S. Miguel, Terceira e Fayal, com varios generos; 41 pessoas de tripulação e 38 passageiros.

Providencia, hiate portuguez, mestre A. S. Machado, para Vianna, com arroz e assucar; 9 pessoas de tripulação.

Victoria, brigue inglez, capitão A. Alloy, para Gibraltar, com cevada; 9 pessoas de tripulação.

Visconde de Athogua, paquete portuguez a vapor, capitão M. G. Xavier, para a ilha da Madeira, com encomendas; 26 pessoas de tripulação e 18 passageiros.

Brazil, paquete portuguez a vapor, capitão D. P. de Campos, para Milford Haven, com tabaco e mais generos; 124 pessoas de tripulação e 14 passageiros.

Dia 19

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Ville de Lisbonne, paquete francez a vapor, capitão J. Ordronneau, de Nantes em 4 dias, e de Vigo em 27 horas, com varias fazendas, a H. Juhel; 25 pessoas de tripulação, 2 malas e 17 passageiros.

Cora Linn, paquete inglez a vapor, capitão W. Taylor, de Leorne em 18 dias, e de Palermo em 9, com fructa e mais generos a G. A. Hancock &

Comp.; 15 pessoas de tripulação. Destina-se para Glasgow, e vem aqui receber carvão.

Neréo, hiate portuguez, mestre J. da Silva, de Vianna em 2 dias, com madeira e milho; 9 pessoas de tripulação e 1 passageira, que é Maria da Conceição, portugueza.

Den entrada hoje n'este porto a barqueta portugueza n.º 5 E 3, de que é arracs F. Antonio, comzindo de Cascas, em 7 horas, o capitão A. W. Lavander e 13 tripulantes, pertencentes á galera americana *Lady Suffolk*, procedente de Liverpool, em 4 dias, com carga de sal e carvão, e destino para Calcuttá, a qual foi a pique no dia 12 do corrente pelas 10 horas da manhã na latitude 49º 24' N., e longitude 9º 20' a O. de Greenwich, cujos tripulantes foram salvos pelo brigue inglez *Sappho*, que os deitou em Cascas, seguindo para Constantinopla, porto do seu destino. O capitão da galera declarou que 18 pessoas restantes da tripulação seguiram viagem a bordo do brigue hollandez *Meerzadout*, do qual ignora o destino.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

Recon, escuna ingleza, capitão J. Mundy, para New Castle, com fructa; 6 pessoas de tripulação.

Mina, brigue sueco, capitão S. Sun, para Stockholm, com sal; 11 pessoas de tripulação.

Atta, escuna russiana, capitão H. Krocke, para Riga, com sal e cortiça; 7 pessoas de tripulação.

Lusitania, paquete portuguez a vapor, capitão J. X. Contente, para o Porto, com varias fazendas; 31 pessoas de tripulação, e 88 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 19 de março de 1860.—*J. J. Cecilia Kol*, capitão-tenente, commandante.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 19 de março.—Não houve cotização.

Bolsa de Paris, em 19 de março.—3 por cento francez a 67,80—4½ dito a 96.

Bolsa de Londres, em 19 de março.—Consolidados de 94½ a 94½.

AVISOS

REGIMENTO DE INFANTERIA N.º 4

No dia 31 do corrente, pelas onze horas da manhã, terá de se arrematar em hasta publica a construcção e collocação de um tubo de folha de ferro para a cosinha do quartel do regimento de infantaria n.º 1, a qual terá logar na secretaria do mesmo, aonde estão presentes as respectivas condições.

MONTE PIO GERAL

A direcção d'esta sociedade tem no seu escriptorio, rua Aurea n.º 6, uma carta para o sr. Gregorio José Pereira, cuja morada se ignora.

Escriptorio do monte pio geral, 15 de março de 1860.—O secretario, Augusto Cesar da Fonseca.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

O MANEL D'ABALLADA

ASSISTINDO Á REPRESENTAÇÃO

DA

PROBIDADE

SCENA COMICA

POR PEDRO CARLOS DE ALCANTARA CHAVES

REPRESENTADA NO THEATRO DO GYMNASIO

Saíu á luz, e achase á venda nas lojas da sr.ª viuva Marques, rua Augusta n.º 3; sr. Lavado, na

mesma rua n.º 8; dita rua n.º 111; sr. João Marques da Silva, rua nova do Carmo n.º 38; e aos Paulistas n.º 23 e 24, loja do sr. Baptista.

Preço 50 réis.

O MESTRE GASPAR CAVEIRA

(1.ª PARTE)

SCENA COMICA

ORIGINAL DO MESMO AUCTOR

REPRESENTADA NO THEATRO DA RUA DOS CONDES

Saíu tambem á luz, e achase á venda nas lojas acima indicadas.

Preço 50 réis.

UM ACTOR PASSANDO O BENEFICIO

SCENA COMICA DO MESMO AUCTOR

REPRESENTADA NO THEATRO DA RUA DOS CONDES

Vende-se nas mesmas lojas.

Preço 50 réis.

O SENHOR GASPAR CAVEIRA

ASSISTINDO AOS FESTEJOS REAES

(2.ª PARTE)

SCENA COMICA

ORIGINAL DO MESMO AUCTOR

REPRESENTADA NO THEATRO DA RUA DOS CONDES

Acha-se á venda nas mesmas lojas.

Preço 50 réis.

ANUNCIOS

1 PELO JUIZO DE DIREITO DA 2.ª VARA, escrivão Solano, e a requerimento de Antonio José da Silva Collares, correm editos de trinta dias, citando quaesquer interessados á propriedade que arrematou na praça do deposito publico, sita na rua do Correio, n.º 42 e 43, freguezia de S. José, penhorada a Ignacio José a requerimento de José Barbas, cujo producto liquido se acha consignado no deposito publico, a fl. do liv. da repartição. Quem se achar com algum direito a deduza dentro do prazo dos editos, que estão correndo, pena de lançamento, e á sua revelia se julgar livre e desembaraçada para o arrematante, revertendo para o producto em deposito todos e quaesquer encargos reaes ou particulares a que a mesma propriedade possa estar sujeita nos termos da ord. liv. 4.ª, tit. 6.º

2 PELO JUIZO ORPHANOLOGICO DA 2.ª VARA, no dia 21 do corrente mezo, ao meio dia, á porta do tribunal da Boa Hora, se ha de proceder á venda e arrematação de uma junta de bois, avaliada na quantia de 48.000 réis, pertencente á herança do fallecido João Antonio Galvão.

3 PELA 3.ª VARA, escrivão Coutinho, se ha de proceder no dia 11 de abril, pelo meio dia da manhã, no tribunal da Boa Hora, á arrematação da propriedade situada na rua dos Gallegos, freguezia do Sacramento, n.º 1-C a 3 (antigos, e n.º 7, 9, 11 e 13 (modernos), que rende 260.000 réis, susceptivel de augmento, livre de foro, avaliada em 3.600.000 réis, e vai á praça com o abatimento da 5.ª parte do seu valor; podendo quem pretender examinar os titulos fazê-lo no cartorio do dito escrivão, rua da Magdalena, n.º 225, 3.º andar.

4 PELO JUIZO DE DIREITO DA 6.ª VARA, escrivão Motta, correm editos de trinta dias, a requerimento de João de Figueiredo Caldas, chamando quem tiver direito a uma propriedade das casas na rua da Lapa, n.º 62 a 64, que arrematou no inventario por fallecimento de Manuel José Rodrigues, a fim de deduzirem seu direito no dito prazo e julgar, pena de lançamento, e da propriedade se julgar livre para o arrematante.

5 PELO JUIZO DE DIREITO DA cidade de Tavira, e cartorio do escrivão Neves, requerer D. Maria Caetano da Gama, e obteve sentença que julgar interdito da administração dos bens do casal, pelo motivo de prodigalidade, seu marido José dos Santos Barbosa; o que se faz publico para os efeitos legais e convenientes. Tavira, 4 de março de 1860.—*D. Maria Caetano da Gama*.

6 PELA CAMARA ECLESIASTICA da cidade d'Elvas correm editos de trinta dias, desde o dia 3 do corrente mezo, a requerimento da ordem terceira de Villa Boim, em processo de commutação e redução de encargos pios, instituidos por Maria Thereza, Francisco de Saude, e sua mulher Maria Rosa, e Francisco Chaves de Moraes, chamando as pes-

soas que se considerem com direito a opporem-se ou fiscalizarem, pena de revelia para as que não comparecerem n'ellaquelle prazo.

7 PELA CAMARA PATRIARCHAL corre um processo de liquidação, a requerimento do reitor do seminario patriarchal de Santarem, sobre a extinção da collegiada de Santo André de Mafra; e pelo presente são chamados todos os que se julguem com direito, ou a oppor-se á extinção da mesma collegiada, ou a perceberem alguma parte dos rendimentos d'ella, nos termos da lei de 16 de junho de 1848, e decreto de 27 de dezembro de 1849, para que o venham deduzir no mesmo juizo, dentro de trinta dias, com a comminação de revelia.

EDITAL

JOÃO DE FREITAS MENDONÇA CASTEL-BRANCO MANUEL, bacharel formado em mathematica pela universidade de Coimbra, e administrador do concelho da Covilhã por Sua Magestade El-Rei, que Deus guarde, etc.

FAÇO SABER que por esta administração, em virtude dos artigos 4.º e 15.º do decreto de 27 de agosto de 1855, se procedeu ás diligencias alli ordenadas para o estabelecimento da fabrica de destillação de aguardente de José de Moraes Mendonça Cardoso, sita no canto da rua do Açogue, n.º 106, freguezia de Teóico, a qual, pela victoria a que se procedeu, foi julgada em estado de continuação o seu fabrico sem prejuizo da saúde publica, uma vez que o vinho destilado seja conduzido da caldeira da machina por um cano a despejar fóra da dita rua, e foi classificada na segunda classe da tabella que acompanha o citado decreto que a permite junto ás habitações. E para que chegue á noticia de todos, e possam reclamar no prazo de trinta dias, contados da data do presente edital, na forma dos §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º dos artigos 5.º e 6.º do mesmo decreto, mandei lavrar o presente, que será affixado nos logares publicos do estylo, e publicado no *Diário de Lisboa*. Administração do concelho da Covilhã, 2 de março de 1860.—*João de Freitas Mendonça Castel-Branco Manuel*.

9 D. MARIA JOSÉ DE MAGALHÃES, viuva, residente na cidade de Braga, tendo-se habilitado no juizo de direito da comarca da mesma cidade, escrivão Faria Machado, como unica e universal herdeira de sua fallecida irmã D. Iria Candida de Magalhães Beltrão, comprehendendo-se nos bens d'esta herança uma inscripção do capital de 500.000 réis, com o n.º 11821, faz publico pelo presente annuncio, que no caso de alguém se julgar com direito á referida herança se apresente no prazo de trinta dias, contados da publicação d'este, no referido cartorio, Braga, 19 de março de 1860.

10 ERNESTO MARIA D'ESPIE, morador na rua de S. Pedro de Alcantara, n.º 67 (nova numeração), tendo contratado com o sr. sr. Joaquim José Alves Monteiro a compra do seu predio, sito na rua do Moimho de Vento, n.º 54 a 60 (nova numeração), chama todas as pessoas que tenham direito ao dito predio para que o declarem no prazo de trinta dias, findo o qual se dá por livre e desembaraçado.

THEATRO DE S. JOÃO NA CIDADE DO PORTO

11 A ADMINISTRAÇÃO D'ESTE THEATRO annuncia a todos os empresarios e directores de companhias nacionaes e lyricas, que até ao dia 15 de abril proximo futuro, ao meio dia, receberá propostas para o arrendamento do mesmo theatro para a estação theatral de 1860 a 1861, as quaes propostas serão abertas, e preferidas as que forem mais vantajosas para a casa. No cartorio do mesmo theatro estão desde já patentes as condições para os arrendamentos.

Não se admite proposta que não fixe quantia certa de aluguer.

Porto, 15 de março de 1860.—*José Maria de Sousa Lobo*—*Alexandre Antonio Ribeiro Lemos*.

COMPANHIA DOS BARCOS A VAPOR DO TÊJO

12 NÃO SE TENDO CONSTITUIDO a assembleia geral da companhia em 7 do corrente por falta de numero, são novamente convidados os srs. accionistas para a compem a comparecer na sexta feira, 23 do corrente, pelas sete horas prefxas da tarde, no ecriptorio da companhia, rua dos Capellistas, n.º 147, 1.º andar, para os effeitos designados na convocatória de 25 de fevereiro ultimo. Lisboa, 20 de março de 1860.—O secretario, *G. J. Alvim*.

PARA O MARANHÃO

13 A GALERIA PORTUGUEZA AURORA, a chegar do Porto em poucos dias. Para carga e passageiros trata-se com Duarte Carvalho & C.ª, rua dos Fanqueiros, n.º 156, ou com o correitor Chianbica & Gonçalves.

14 PERDEU-SE UM ALFINETE DE PEITO DE ouro, com uma grande pedra verde (opale verde), e quatro jacintos, desde o alto do Salitre, e pela cidade abaixo: quem o achasse, e o queira restituir no alto do Salitre, n.º 189, receberá boas alvairas.

15 O PREDIO NA CALÇADA DE MONSANTO, n.º 22 e 23, freguezia d'Ajuda, que fora penhorado aos herdeiros de Agueda Maria a requerimento de D. Maria Salustiana Cabral de Quadros, e seu marido, pela 1.ª vara, escrivão

Barroso, volta á praça do deposito publico no dia 26 do corrente mezo de março, com o abatimento da 5.ª parte do seu valor, que são réis 64.000.—O escrivão da arrematação, *Cruz*.

16 NA TARDE DE 26 DO CORRENTE, pelas tres horas, na praça de deposito publico, se ha de arrematar com o abatimento da 5.ª parte do seu valor, uma propriedade de casas, sita na rua das Adellas, n.º 15-C a 15-E, e para a rua de S. Marçal, n.º 70, freguezia das Mercês, paga de foro réis 5.600 réis, laudêmio de quarentena, rende 115.500 réis, avaliada em 1.182.500 réis, liquida dos encargos, e fica em réis 946.000 réis, penhorada á menor impubere D. Maria Eugenia, autorizada por seu tutor José Maria Bergara, a requerimento de D. Maria do Carmo da Silva Gil, autorizada por seu marido, pela 2.ª vara, escrivão Borges; é escrivão da arrematação Silva.

LEILÃO

17 A CAMARA DOS CORRETORES ha de vender em leilão, na casa da praça do commercio, na proxima quinta-feira, 22 do corrente, ás dez horas da manhã, uma grande porção de periodicos estrangeiros, uma secretaria, duas carteiras, mesas e bancos de vinhatino, um armario grande, proprio para guardar papeis, caixilhos para janelas, e alguma madeira de casquinha, já servida.

LEILÃO

NO PALACIO DA EX.ª S.ª BARONEZA DA REGALEIRA

Por intervenção do correitor do n.º A. O. Guimarães

18 TERÇA FEIRA 20 DO CORRENTE, e dias seguintes, ás onze horas, pelo motivo da saída temporaria do ex.ª sr. F. de Zéa Bermudes, terá logar a venda em leilão de parte de ricos moveis, gosto antigo e moderno: consta de guardanhões de sala e gabinetes (estofos de seda, lã e chita), piano de Pleyel, espelhos, lustres, bambuleiras, alcatifas, tapetes, armarios com espelhos, d'água, caracis, porcelanas, cristais, pratos de cristal, ricos servios de porcelana, relógios, pendulas, placas, aparadores de mogno, mesa para 24 talheres, cadeiras (estofos de crina), carruagens francezas, arceios, e muitos outros objectos, que estarão patentes no acto do leilão.

19 VENDE-SE EM PRAÇA no domingo, 25 de março do corrente anno, a quem mais der, em frente da casa das audiencias da villa do Cartaxo, começando ás dez horas do dito dia, pertencente á menor D. Maria José Ferreira, o seguinte:

Um palheiro de palha de trigo, de moimha, que está collocado muito proximo do Têjo, e também proximo ao morgado, que é por baixo do Porto de Muje, concelho do Cartaxo.

Onze moios de milho da terra, bom; está em um dos celeiros, na rua de Alem, da mesma villa do Cartaxo.

Tres moios de cevada, pouco mais ou menos, no mesmo celeiro.

ESPECTACULOS

THEATRO DE D. MARIA II

Quarta feira 21 de março: *O amor pedindo abrigo*—*O Marquez de la Seiglière*. Principia ás 7 horas e meia.

REAL THEATRO DE S. CARLOS

Hoje 20 de março (63.ª recita de assignatura): opera *Roberto o Diabo*.

Sabado 24, em beneficio das casas de asylo da infancia desvalida de Lisboa, irá pela ultima vez a opera *Roberto o Diabo*.

Segunda feira 26, em beneficio do 1.º baritone assoluto o sr. Bartolini, e do 1.º baixo assoluto o sr. Antunici, a 1.ª representação da opera *Nabucodonosor*.

Os srs. assignantes que quizerem ficar com os seus camarotes terão a bondade de o declarar ao camaroteiro até quarta feira 21.

THEATRO DO GYMNASIO DRAMATICO

Hoje 20 de março: *S. Gonçalo de Amarante*—*Um marido que é victima das modas*.

THEATRO DE VARIEDADES

Hoje 20 de março: *A Coroa de Carlos Magno* Principia ás 7 horas e 3 quartos.

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE DOM LUIZ, NA ESCOLA POLYTECHNICA

QUADRO DOS VENTOS E CHUVAS

1860		ANEMOGRAPHO																				UDOGRAPHO											
JANEIRO		DIRECÇÃO DO VENTO — RUMOS										VELOCIDADE DO VENTO EM KILOMETROS										ESPESURA LIQUIDA											
DIAS E PHASES DA LUNAR		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										EM MILLIMETROS											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											
DIAS		Método de 2 h. da manhã										Método de 2 h. da tarde										Método de 2 h. da tarde											